

População

Nem "controle familiar", nem "planejamento familiar"; "educação familiar"

O plano do governo gaúcho para educar as famílias a controlarem o número de filhos

Carlos Mossmann



O governo do Rio Grande do Sul lançou, em fins de agosto, um programa de educação familiar, que envolverá três Secretarias de Estado: a da Saúde, a da Educação e Cultura e, responsável pela coordenação, a do Trabalho e Ação Social. Por que "educação" ao invés de controle ou planejamento familiar? Carlos Alberto Chiarelli, secretário do Trabalho, diz que seu único objetivo é dar à população os conhecimentos necessários ao planejamento familiar, mas sem exercer qualquer tipo de pressão para que sejam usados métodos anticoncepcionais. Assim, o governo gaúcho estaria deixando com os casais a opção entre planejar ou não sua família, mas oferecendo-lhes as informações necessárias à tomada de posição (1). Portanto, segundo o secretário, o programa só pode ser de "educação".

Há outras razões ainda para esta cuidadosa escolha de termos. Chiarelli deseja distinguir o programa governamental dos programas de instituições, "até estrangeiras" que operam nesta época e cujo trabalho "nem sempre se coaduna" com as diretrizes do governo (2). Aceitar o nome de programa de planejamento ou controle de natalidade seria, então, correr o risco de permitir confusão com estas instituições e idéias distorcidas quanto as intenções do governo.

Se é assim, é forçoso concluir que o governo gaúcho tem uma posição sobre o problema demográfico, distinta das defendidas pelas instituições estrangeiras. De acordo com Chiarelli ela se resume em aceitar que a população é uma das grandes riquezas dos países que desejam o desenvolvimento mas também em reconhecer que esta população deve ser bem distribuída. O secretário pergunta onde deverão estar estas pessoas e quantos filhos poderão ter. Para responder, explica, é preciso saber a capacidade de suporte de uma cidade, os empregos que ela pode oferecer, as comodidades e serviços que pode por a disposição dos seus moradores. Trocando em miúdos, a posição não é nem de impedir nem de incentivar novos nascimentos, mas de proteger os maiores centros urbanos da superpopulação.

O que fazer hoje

Sem dúvida os problemas urbanos estão preocupando o governo gaúcho. Porto Alegre parece não ter mais recursos para custear todas as obras de que necessita com urgência. Segundo o secretário municipal de Obras e Viação, se a capital fosse dispor apenas de seus recursos, levaria 25 anos para solucionar os problemas de hoje. O Departamento Municipal de Águas e Esgotos, com seus próprios recursos, levará por volta de 12 anos para instalar esgotos com estação de tratamento. Mas vê-se que a situação é crítica quando a Prefeitura informa que não tem dinheiro nem para implantar o equipamento de segurança necessário no cruzamento de uma rua com um trecho de estrada de ferro. O custo seria de Cr\$ 300 mil.

Estes problemas não são imensos se comparados com outros que não se resolvem simplesmente com aplicação de verbas

Estes problemas são atribuídos ao crescimento desmedido das cidades que estão atraindo os trabalhadores rurais

Uma pesquisa encomendada pela Secretaria de Trabalho e Ação Social revelou que a grande maioria das pessoas que recebem até três salários-mínimos nas principais cidades gaúchas são migrantes. Em Novo Hamburgo, um caso extremo, 94,6% são moradores novos. A média nas dez principais cidades é de 81 migrantes em cada grupo de 100 pessoas com renda de zero a três salários mínimos mensais.

Mas se os problemas são assustadores agora, o que será daqui a dez anos? A pesquisa da secretaria do Trabalho se preocupou também em verificar a idade dos migrantes e constatou que 62% deles ainda não fizeram 20 anos. Quer dizer, ainda terão muitos filhos e, com a renda que têm, estas crianças que estão por nascer certamente formarão um exército de menores "carenciados". Isto se parar a migração. Se não parar, a secretaria do governo estadual para Desenvolvimento Regional e Obras Públicas já prevê que até 1990, 42% dos gaúchos vão estar morando na região metropolitana de Porto Alegre. Também: enquanto o crescimento populacional de Estado é de aproximadamente dois por cento ao ano, o da região metropolitana anda por volta dos cinco por cento ao ano.

Soluções desacreditadas

Mas o pior é que as soluções que vinham sendo pensadas e propostas já estão sendo consideradas inviáveis antes de serem postas em prática ou de oferecerem seus primeiros resultados. O diretor técnico da Fundação Metropolitana de Planejamento, Isaac Zilbermann, já concluiu que a simples industrialização das cidades de tamanho médio não vai diminuir o número de marginalizados se, como vem acontecendo, esta industrialização não significar a criação de empregos que exijam pouca ou quase nenhuma especialização. Muito menos poderá impedir o êxodo rural. As soluções assistencialistas estão ainda mais desacreditadas.

É diante deste quadro que o secretário Carlos Chiarelli consegue concluir que, embora a população seja uma riqueza e embora subdesenvolvimento não seja uma consequência da superpopulação, certas metas do governo podem ser comprometidas pelo excesso populacional em determinadas regiões do Estado. Portanto, o governo lança um programa de "educação familiar". Como ele se desenvolverá?

A princípio, quatro cidades serão atingidas: Porto Alegre, Cachoeirinha, Alvorada e Viamão. Foram escolhidas por serem os municípios com mais alta densidade demográfica. Nos bairros e nas vilas destas cidades será amplamente divulgado, através de emissoras de rádio, que técnicos do governo estarão prestando informações sobre concepção e anticoncepção nas Associações de Bairro, Clubes de Mães e Associações de Pais e Mestres. Depois destes primeiros contatos, os técnicos — médicos, enfermeiros e assistentes sociais — continuarão fornecendo

as informações nas 16 unidades sanitárias que existem na região.

Chiarelli faz questão de explicar que o programa não é coercitivo. Pelo contrário, diz que é aberto. Isto significa que em seu primeiro momento não cogita de distribuição de anticoncepcionais. Apenas depois de devidamente informadas, as pessoas poderão decidir se desejam ou não limitar suas famílias. Aí, dependendo do desejo dos que participaram do programa, o governo decidirá se vale a pena distribuir os anticoncepcionais. É isto, segundo o secretário, que caracteriza o espírito democrático do programa.

Onde está a diferença?

Nas quatro primeiras cidades onde o programa será aplicado se estima que 130 mil pessoas poderão ser atingidas. São justamente os adultos cuja renda vai de zero a três salários mínimos, detectados pela pesquisa encomendada pela Secretaria de Trabalho. Depois, o programa deverá ser estendido a outras cidades, desta vez em diferentes regiões do Estado. Chiarelli explica que é necessário também evitar a "exportação" de gente do interior para a região metropolitana.

Entretanto, esta também não é a solução, conforme frisa o próprio secretário gaúcho do Trabalho. A solução para os problemas sociais está na eliminação de suas causas reais que, como ele explica, são a má distribuição da renda e a estrutura fundiária do Estado que expulsa o trabalhador rural do campo. Uma vez atacadas estas causas reais, aí sim, o programa de "educação familiar" se torna indispensável.

Mas aí também já fica difícil entender o secretário. Afinal, para ele a população é uma riqueza do país, mas é preciso controlá-la em determinadas regiões do Estado. Entretanto, como o problema é de migração, também é preciso controlar nas regiões "exportadoras" de gente. Porém, controlar não é a solução. A solução é atacar as causas reais dos problemas. Contudo, feito isto, é indispensável um programa de "educação familiar", sob pena de comprometer certas metas do governo. Além disto, mesmo sendo contra a vontade do programa, como evitar que recebendo certo tipo de informação, as pessoas por ele visadas se sintam coagidas — por sua própria situação econômica — a limitarem seus filhos? Afinal, qual a diferença entre um programa de "educação" e um programa de controle ou planejamento familiar?

(1) Esta também é a posição do governo federal, reafirmada na semana passada pelo secretário-geral da Secretaria de Planejamento da Presidência, Eleio Costa Souto: "Os espaços vazios do território do País devem ser ocupados pelos próprios brasileiros e, por isso, o governo não adotará qualquer política de controle da natalidade, deixando a critério de cada casal planejar ou não o número de filhos".

(2) A principal organização de planejamento familiar que atua no Brasil é a Bemfam, financiada com capital estrangeiro (sobretudo americano e inglês), que distribui pílulas anticoncepcionais e instala dispositivos intra-uterinos em centenas de milhares de mulheres brasileiras. A história da Bemfam e do controle da natalidade está em Movimento nº 47.

PROCURA-SE

uma professora

paga-se Cr\$ 40,00 mensais

Depois de esgotar todos os seus argumentos junto à prefeitura do Município de Domingos Moura, a 190 quilômetros ao norte de Teresina-PI, a professora Maria Sá, casada, seis filhos enviou uma carta ao Deputado Nogueira Filho, do MDB. Na carta a professora explica que foi contratada em 1973 para ganhar Cr\$ 62,12; no ano seguinte seu salário foi aumentado para Cr\$ 80,64. Denúncias como essas foram feitas também pelo Senador Agenor Maria (MDB-RN); professoras municipais estão recebendo 40 a 70 cruzeiros mensais no interior de seu Estado.

A Comissão de Educação do Senado decidiu então, fazer um levantamento da situação dos professores em todo o país, e já escutou o presidente da Associação dos Professores dos Estabelecimentos oficiais do Ceará que declarou: o salário oficial do professor cearense vem decaindo desde 1963, quando o salário mínimo era de Cr\$ 21,00 e o magistério do antigo primário recebia Cr\$ 24,25. Hoje os dois vencimentos são de Cr\$ 544,80 e Cr\$ 413,00 respectivamente. Há ainda, mesmo em estabelecimentos oficiais, professoras leigas com salários de Cr\$ 392,00 e professoras monitoras com Cr\$ 253,00.

O magistério primário é a terceira ocupação das mulheres brasileiras, absorvendo 8% da população feminina economicamente ativa com 545 mil pessoas — 371.803 nas cidades e 174.118 no campo, segundo o departamento de Ensino Fundamental do Ministério da Educação. A maioria sofre um drama comum: o salário baixo, quase sempre atrasado. Em Minas o pagamento atrasa até 10 meses, e, no Piauí, a própria secretária de Educação de Estado admitiu que além dos salários serem baixíssimos, os atrasos de pagamentos chegam muitas vezes a durar até um ano. Esses salários variam de Cr\$ 253,00 a Cr\$ 432,00 enquanto o salário-mínimo no Estado é de Cr\$ 544,80.

Para o presidente da Associação dos Professores do Ensino Oficial de Pernambuco, Leô-

nidas Fernandes de Lima, um dos problemas do magistério é a falta de um piso salarial que, no seu entender, eliminaria as disparidades de pagamentos. A Associação do Ceará encaminhou um memorial ao Ministro da Educação onde pedia a adoção gradual do Estatuto do Magistério a partir de outubro. Em alguns estados as professoras primárias não tem até mesmo um estatuto funcionando, nem um piso salarial.

A situação de trabalho em muitos casos é ruim. A Escola Estadual de 1º grau Profa. Ednea Altab, de Vila Clara, na periferia de São Paulo, é um caso exemplar. Sem condições para oferecer merenda aos 1600 alunos que a frequentam, com um banheiro só para todos, sem água potável e com 47 classes funcionando em quatro períodos, passou este ano por mais um problema: grassou entre as crianças uma epidemia de piolho e sarna. Os professores em número de 50 sofrem muito com a situação e, os efetivos para lá remanejados, que vieram de estabelecimentos melhor localizados, ficaram a beira de um colapso nervoso.

Com esta situação a comissão não irá dar um passo à frente se as Associações que congregam os professores não começarem a se mobilizar e tomarem iniciativa, reivindicando melhorias para a sua categoria.

Enquanto a situação não muda fica o lema das professoras de Nova Iguaçu-RJ: "Sofrer por obrigação é resgate humano; sofrer para que os outros não sofram é renúncia divina". Cartaz colocado no ponto mais visível do saguão de entrada do Instituto de Educação de Nova Iguaçu, já prepara os alunos do curso de Formação de Professores para a realidade de sua profissão. A certeza de que o mercado de trabalho da região é grande e de que todos conseguirão emprego logo depois de diplomados não é motivo de satisfação. Os professores trabalharão com turmas de até 50 alunos, a maioria subnutrida e receberão no final do mês a quantia de Cr\$ 800,00. (Cecília Magalhães)

Trate bem 'do que?



O produto anunciado é um lubrificante para motores, e o slogan não poderia ser mais condizente: "trate bem da sua máquina". Mas a foto que ilustra os out-doors não é de automóvel, motocicleta ou nada parecido. De costas, uma mulher — ou melhor, meia, ou melhor: um terço do corpo de uma mulher — e provavelmente, para os distintos anunciantes, o essencial está mesmo ali. E nos cartazes, o conselho para que o consumidor trate (isto é, lubrifique) sua máquina, se complementa: "assim, ela nunca vai trair você".

Não vamos dessa vez nos indignar com a utilização do corpo feminino como objeto sexual, nem proclamar contra a "indecência" das alusões feitas numa campanha publicitária que, entre milhares de outras no gênero, confirma apenas uma vez mais todo o preconceito e a exploração que pesam sobre a mulher. O que este anúncio tem para se fazer notar, afinal, é apenas mais um pouco de ousadia que os demais, "acompanhando a evolução dos costumes". De resto, a papagaiada é a mesma.

Acontece que dessa vez, a afirmação do publicitário, ambígua como rezam os dez mandamentos da propaganda, pode ser decantada num sem número de interpretações, verdadeiras ou falsas.

1— A mulher é uma máquina — errado. Dispensa-se argumentação.

2— A mulher pode, em certas circunstâncias trabalhar, render e ser manejada como máquina — certo. A mulher trabalha em jornada dupla, dentro e fora de casa, é econômica (o trabalho caseiro é gratuito e na maioria das profissões, ganha salários menores que os dos homens) foi historicamente programada para repetir com eficiência uma rotina diária sem descanso aos domingos se necessário, e sem reclamar — pelo menos até há pouco tempo atrás.

3— Essa máquina é *sua* (do homem) — errado.

Também a história já está cansada de provar que, apesar de toda a dominação social e econômica por parte do homem, é impossível manter uma mulher sob controle absoluto — o que tem sido causa de dor de cabeça para todos os machões.

4— Essa "máquina" precisa ser bem tratada — Errado. Se o proprietário tratar bem dessa máquina, com presentes, viagens e regalias, corre o sério risco (haja visto as grandes panteras da nossa sociedade) de que ela deixe de trabalhar. A não ser, é claro, que ele esteja interessado apenas no seu rendimento biológico.

5— Se esta máquina for bem tratada, nunca vai trair você — Errado. Nada impede um ser humano de se desinteressar do parceiro (e isto se torna mais agudo no caso da mulher, justamente pelo pouco respeito que recebe, como pessoa, por parte do companheiro) e procurar outro, a não ser o afeto mútuo, o respeito, e o crescimento que o relacionamento do casal propicie a ambos. Se a saída da "traição" é correta ou não, é caso para uma discussão prolongada que reveja inclusive este conceito. O que interessa, aqui, é que mulher "bem tratada" também trai.

6— A mulher precisa ser bem tratada — Certo quem vai duvidar? Mas bem tratada, nesse caso, não se refere ao tradicional bom trato que uma certa faixa de mulheres sempre recebeu, com preferências, perfumes, badalações e lubrificantes de maneira geral. O bom trato de que a mulher necessita é o reconhecimento de seus direitos, de sua capacidade intelectual, enfim — que se acabe a discriminação. Mas aí já não é o caso de tratar bem ou não. Porque aí então, a mulher já não tem mais nada de máquina e, sem pedir favor aos homens que defendem a dominação, vai ter que conquistar esses direitos pela sua própria luta. (Maria Rita Kehl).

Heroína esquecida

A luta corajosa, às vezes clandestina, de várias mulheres pela Independência do Brasil foi quase sempre omitida, na historiografia oficial.
"Aquele que esquece o passado está condenado a repeti-lo" G. Santayana

Na luta pela Independência do Brasil, o papel desempenhado pelas mulheres ainda não foi suficientemente estudado. No entanto, se o historiador, pesquisando fontes pouco batidas, avançar no assunto encontrará farto material para uma revisão de inúmeros estereótipos atualmente em circulação. Levando-se em consideração as limitações quase que absolutas que lhes eram impostas, as mulheres conseguiram, muitas vezes, contra os preconceitos da época, imprimir a sua presença nos acontecimentos.

Maria Quitéria

Nascida no Interior da Bahia, filha de portugueses, resolveu, conscientemente, combater os colonialistas, embora sofrendo todas as pressões que naquele tempo existiam contra a mulher.

Os acontecimentos de fevereiro e de junho de 1822 na Capital e em Cachoeira, quando tropas portuguesas derrotaram forças brasileiras rebeldes determinaram a resolução de Maria Quitéria. Um emissário do Conselho interino do Governo, instalado em Cachoeira em 6 de setembro de 1822 — um dia, portanto, antes do Grito do Ipiranga — hospedou-se na casa do seu pai. Sua missão era aliciar voluntários e milicianos para engrossar as forças libertadoras que estavam sendo formadas nas vilas de Cachoeira, Santo Amaro, S. Francisco, Itaparica e outras. Falava sobre as grandezas do

Brasil e da necessidade de nossa emancipação. Mas, o fazendeiro não se entusiasmou. "pois sendo velho não poderia juntar-se às forças imperiais, nem tinha filho que desse; quanto a fornecer um escravo, que interesse poderia ter um escravo em lutar pela independência do Brasil? Esperaria, pois, com paciência o resultado da guerra e seria um pacato súdito do vencedor".

Segundo Joaquim Norberto de Souza Silva, Maria Quitéria, ao ouvir a proposta do emissário teria dito: "É verdade que não tendes filho, meu pai, mas lembrai-vos que as baianas do Recôncavo manejam as armas de fogo, e o exercício da caça não é mais nobre do que a causa da Pátria. Tenho o coração abrasado; deixai-me ir disfarçada empunhar as armas em tão justa guerra."

"As mulheres, respondeu o velho, fiam, tecem e bordam, e não vão à guerra."

A jovem, porém, havia deliberado coisa bem diferente. Vai à casa de uma irmã, recolhe alguma roupa do cunhado e acompanha o pai até Cachoeira, onde ele teria de vender uma partida de algodão. Às portas da cidade, embrenhou-se no mato, vestiu-se de homem, atravessou a cidade e foi apresentar-se à autoridade competente para alistar-se como soldado. Disse ser filho de José Cordeiro de Medeiros e passou, a partir de então, a ser o soldado Medeiros.

Inicialmente serviu num regimento de Artilharia, passando-se depois, para a Infantaria.

Estava, em fins de 1822 servindo como soldado do batalhão de caçadores "Voluntários de D. Pedro", incorporado, posteriormente, à Primeira Divisão da Direita.

No entanto, apesar dos seus esforços, seu disfarce foi reconhecido. Mas mesmo assim continuou lutando, e teve inúmeros atos de heroísmo. "O primeiro rasgo da sua valentia — escreve um dos seus biógrafos — foi a empresa temerária de defesa da foz do Paraguassu, quando ali tentavam desembarcar soldados de Madeira de Mello: capitaneando um grupo de outras mulheres heróicas, que combateram com água até os seios, eletriza os soldados do denodado oficial Vitor José Topázio, encarregado da defesa da barra do grande rio." (1)

Seguindo o seu batalhão em diversos combates, chegou a atacar uma trincheira inimiga, tomando-a em seguida e aprisionando dois dos seus ocupantes. Os próprios comandantes Labatut e Lima e Silva elogiam-na por atos de bravura.

Finalmente, quando a 2 de julho de 1823 as tropas libertadoras entram em Salvador, após a derrota definitiva dos portugueses comandados por Madeira de Mello, Maria Quitéria marcha na Brigada Pirajá ao lado dos comandantes das tropas libertadoras (Clovís Moura)

(1) — José de Souza, Bernardino: — "Heroínas Baianas", R. de Janeiro, 1938, pág. 108.

MULHER, TRABALHO E LIBERTAÇÃO

O censo estatístico brasileiro de 1970 diz que a "população economicamente ativa do país", a soma de homens e mulheres que exercem uma atividade remunerada é de 29 milhões de trabalhadores; pouco mais de 6 milhões desse total são mulheres. Pelo censo, em 1970 o Brasil tinha 33 milhões de mulheres com mais de 10 anos, que é considerada a idade oficial para se começar a trabalhar. A partir desses números se diz que a participação das mulheres nas "atividades produtivas" no Brasil é baixa, 6 milhões de trabalhadores em 33 milhões de mulheres em condições de trabalhar ou seja, pouco mais de 18%. O que quer dizer isso? Que as mulheres trabalham pouco no Brasil?

Quando se analisa o desenvolvimento material de um país se vê que, em última instância, tudo gira em torno da produção e da reprodução da vida: de um lado, a produção de alimentos, roupa, habitação e instrumentos necessários e, de outro, a "produção" do ser humano, para a continuação da espécie. A participação das mulheres é largamente majoritária nas atividades de reprodução da espécie: a "produção da vida" se faz fundamentalmente dentro das famílias; para nascer, as pessoas são carregadas em gestação ao longo de nove meses no ventre das mulheres; depois de uma participação inicial decisiva e não trabalhosa dos homens; depois, em países como o nosso são criadas fundamentalmente pelas mulheres, e já adultas são alimentadas basicamente e obrigadas graças ao trabalho das mulheres na cozinha e na conservação dos lares. A participação das mulheres na produção material que se dá fora da família é também expressiva: os campos agrícolas estão repletos de mulheres que vivem entre o lar e a enxada; o comércio, os bancos e os serviços em geral se fazem com milhões de balconistas, secretárias, bancárias e outras trabalhadoras; as mulheres são ainda numerosas em vários ramos da indústria.

Juntando as duas atividades, as domésticas e as externas, e tendo-se em conta que, no país, quase toda mulher que trabalha fora de casa é ainda também a que faz comida, lava, passa e esfrega para seus maridos, os filhos e irmãos, talvez se desse concluir, preliminarmente, que são as mulheres as pessoas que mais trabalham no Brasil. Isso, aliás, só confirma as conclusões de um pensador moderno que diz que "as mulheres sustentam a metade do céu". Uma funcionária entrevistada por *Movimento*, ao ouvir esta conclusão, citou em seguida dois fatos, de sua experiência cotidiana, que a deixavam definitivamente convencida de sua veracidade. Primeiro: sua empregada trabalha no emprego e em casa, todos os dias, sem domingo ou feriado, antes de vir para o serviço e depois de sair dele; ao sair de casa, deixa pronto a comida básica para o marido e filhos, e, ao voltar põe as crianças na cama e faz outras tarefas; seu companheiro, um operário, praticamente só trabalha na fábrica, os oito horas normais mais algumas horas extras; no domingo, descansa e conversa com amigos. Segundo: ela mesma, funcionária pública de baixa remuneração, faz serviços para terceiros, como roupas e bolsas, e além do emprego, trabalha todos os dias na cozinha, sábados e domingos inclusive, supervisionando os serviços da empregada ou fazendo bolos, doces e comidas especiais para os filhos. Disse ainda, como argumento definitivo: "o trabalho de casa não acaba nunca".

Exceituando-se o grupo minoritário de mulheres de famílias de altas rendas, como as mulheres de grandes proprietários urbanos e de donos de terra, é evidente que as mulheres brasileiras trabalham, e trabalham muito. O que a ciência econômica quer dizer quando fala que "é baixa a porcentagem de mulheres economicamente ativas"?

A ciência econômica atual se refere exclusivamente ao modo de produção social que vigora no país e para a qual o trabalho doméstico não constitui uma atividade social produtiva. Os economistas Paul Singer e Felícia Madeira, num estudo sobre as mulheres, dizem que "esse trabalho (o trabalho feminino) não se acha integrado na divisão social do trabalho e nem contribui para o produto social: "É uma atividade que produz serviços análogos àqueles que o consumidor presta a si mesmo", afirmam. Essa observação ajuda a penetrar um pouco mais a fundo no significado do número de 6 milhões de mulheres ativas do censo de 70; veja-se por exemplo o que eram as mulheres "economicamente ativas" na agricultura. Segundo o censo, na agricultura, em 70, estavam 20% do total de mulheres ativas, cerca de 1,2 milhão de mulheres. Seriam perto de 4,2 milhões de mulheres economicamente ativas no setor de serviços e cerca de 600 mil na indústria. Em 1970, porém existiam, 5,6 milhões de mulheres ocupadas na agricultura; desse total 4,4 milhões eram mulheres da família do proprietário, que não recebiam remuneração, ou seja, não eram "economicamente ativas", não participavam da produção social como não recebem dinheiro, não pertencem ao mercado, estão portanto, fora da economia capitalista. (*)

Estreito mundo familiar

Através dos números do trabalho feminino no campo se pode ver como são diferentes o número das mulheres que trabalham — que é enorme — do número de mulheres na economia capitalista ou seja, "economicamente ativas", que é pequeno. O mesmo raciocínio pode ser transposto para a cidade onde se encontrarão outros milhões de mulheres que vivem em torno do trabalho monótono, duro e sem fim de seus lares e que entretanto não estão incluídas entre as "economicamente ativas", porque sua produção — as roupas lavadas, a limpeza da casa, os almoços e jantas, as horas gastas em ninar, lavar e vestir os filhos, por exemplo — não tem valor de troca, apenas valor de uso; não são, portanto, mercadorias, não se enquadram na divisão social do trabalho.

A questão que está por trás disso tudo não seria porém apenas semântica? Que diferença faz se chamar de trabalho social produtivo ou se chamar de trabalho doméstico, particular, improdutivo se, fora ou dentro de casa a mulher, especialmente a proletária, está trabalhando — e, como se viu, trabalhando muito? Infelizmente, para as mulheres, cujo mundo do trabalho é principalmente o do trabalho doméstico, particular, as diferenças não são apenas semânticas mas são históricas, econômicas e sociais. Primeiro, é preciso ver que o mundo da economia familiar tem uma variedade e uma complexidade praticamente insignificante quando comparado com o da produção econômica capitalista mesmo a de um país subdesenvolvido como o Brasil. Embora estejam intimamente ligados, e a máquina de lavar com que a mulher lava a roupa do marido seja a mesma que ele, produz na grande indústria, quando se fala na produção de um país e são citados os seus grandes números pode-se perfeitamente ignorar a produção doméstica de fraldas lavadas, esfregões passados no chão ou alimentos cozidos. Segundo, é muito diferente o estreito círculo das relações domésticas familiares, e seu horizonte cultural e político — que frequentemente pouco vai além das conversas de comadres e dos defeitos e virtudes de filhos, filhas e empregadas — e o mundo da indústria, incomparavelmente mais aberto, onde as centenas de operários se encontram, organizam, trabalham e criam, disciplinadamente; e onde, como força majoritária da sociedade, podem começar a discutir seus mais graves problemas.

A Organização Internacional do Trabalho fala de um estudo das leis que regulam o trabalho feminino no Brasil. Acha que as leis existentes, ao invés de protegerem a mulher, facilitam a sua discriminação. O trabalho fora de casa é um passo para a libertação social da mulher e uma forma de contribuir para o enriquecimento e a libertação do país

Essas diferenças, tem, como se disse, raízes históricas. Se a vida da sociedade pode ser estudada pelo grau de desenvolvimento da produção dentro da família e fora dela é interessante acompanhar como essas duas esferas em que se desenvolveu a vida se relacionaram através dos tempos. Nos estágios inferiores de *barbarie* — estado de desenvolvimento das sociedades humanas que se seguiu ao estado selvagem, em que os homens viviam praticamente da apropriação de produtos da natureza prontos para serem usados — uma família compreendi a numerosos homens e mulheres com seus filhos e cuja direção estava confiada às mulheres. "Habitualmente, as mulheres mandavam na casa", diz Artur Wright, um missionário que viveu entre os iroqueses-senecas, índios americanos da época do descobrimento da América. Estes índios se encontravam num nível de desenvolvimento social equivalente aos dois estágios inferiores da *barbarie*, estágio por onde passaram, ao que parece da mesma forma, em diferentes épocas e com diferenças não essenciais apenas, povos muito diferentes. Entre os iroqueses "as provisões eram comuns", diz Wright, "mas aí do marido ou amante que fosse preguiçoso ou desajeitado demais e deixasse de trazer sua parte para o fundo de provisões da comunidade.

Nesse lar comunitário, onde imperava o direito materno, a produção dos serviços domésticos constituía uma espécie de indústria, socialmente tão necessária quanto a da caça de alimentos e viveres de que se encarregavam os homens. A riqueza duradoura de que dispunham homens e mulheres eram toscas armas de pedra, tecidos manuais, cestos, barcos feitos a fogo e a pedra, a habitação, as vestes, adornos e utensílios necessários para a preparação de alimentos e todos se equivaliam. É um período em que a força de trabalho do homem ainda não produz um excedente econômico apreciável sobre os seus gastos de manutenção.

A divisão de trabalho natural que existia entre homens e mulheres porém vai se modificar com a primeira grande divisão social do trabalho, que surge com a domesticação de animais; é quando tribos de pastores assumem a dianteira dos bárbaros, na Europa e, nesse passo, modificam também a família. Providenciar os alimentos tinha sido sempre uma tarefa do homem e os instrumentos para fazer isso eram produzidos por ele; assim, também a domesticação dos rebanhos e sua criação couberam ao homem; e, por isso ainda, o gado lhe pertenceu. O período final da *barbarie* assistiu também a uma notável expansão das forças produtivas com a fundição de metais; primeiro foi o cobre e o estanho, depois o ferro, logo a criação do arado e do machado e a derrubada de bosques; e, com tudo isso, a agricultura extensiva para a produção de forragens para os rebanhos e de alimentos para o próprio homem. Esse aumento da capacidade de produção em todos esses ramos, na pecuária, agricultura e trabalhos domésticos, gerou mais riqueza do que os pastores necessitavam para sua manutenção; e todo esse excedente pertencia ao homem. O selvagem caçador, que tinha aceitado o direito e a dominação feminina no lar, relegou-a então a um segundo plano, assumindo o controle da casa na mesma medida em que, como resultado da nova distribuição de propriedade dentro do casal, era o que ficava com o maior valor econômico. O trabalho doméstico da mulher perdeu seu peso econômico e em consequência sua importância social: o trabalho produtivo passou a ser o do homem.

A grande revolução que representou a passagem do direito materno para o direito paterno se consumou quando a fim de garantir que seu rebanho e sua riqueza fossem transmitidos para seus herdeiros, o homem abandonou as formas de casamento por grupos, e a propriedade comunitária que era inerente a ele, e escolheu o casamento monogâmico e exigiu a fidelidade da mulher que lhe garantiriam a certeza de transferir por herança, com certeza, seus bens para seus filhos, impossíveis de distinguir com a poligamia.

Com o tempo e o desenvolvimento de novas formas de trabalho, essa separação entre o trabalho doméstico e o trabalho fora de casa só se ampliou; o trabalho doméstico se tornou assim, cada vez mais o trabalho socialmente secundário. Na época feudal, com a produção doméstica das manufaturas, quando o tecelão e a tecelã habitavam e trabalhavam sob o mesmo teto, da família patriarcal, a organização da família, com sua divisão natural do trabalho ainda davam ao trabalho feminino uma importância relativa. Com o advento do capitalismo e a família individual, o serviço dentro do lar se transforma definitivamente em serviço particular, com o qual a sociedade nada tem a ver; chegamos assim ao estágio atual em que, de um modo geral, em muitos países a mulher se transformou numa espécie de serva ou primeira criada do homem e que não toma mais parte na produção social.

A diferença entre mulheres "economicamente ativas" e mulheres dedicadas ao chamado trabalho domé-



tico "socialmente não produtivo" esconde portanto, por trás das diferenças semânticas, lições de história importantes, que podem mesmo definir o real caminho para a libertação feminina. A história milenar do afastamento da mulher da vida social produtiva e de sua servidão doméstica encerra primeiro uma grande lição. Mostra como a libertação da mulher depende dela abandonar o trabalho privado, doméstico e participar, em larga escala, do trabalho produtivo social; a grande indústria permite que isso aconteça e até o exige. É claro que, para a mulher participar intensamente do trabalho social, as suas tarefas domésticas tem de ser reformuladas e simplificadas. O próprio desenvolvimento da economia extradoméstica, social, mostra como isso pode se dar: os trabalhos domésticos devem ser feitos também socialmente, como através de creches de restaurantes populares e da educação coletiva.

Que mudanças essa nova situação exigirá? Existe um conflito latente entre a família atual e a indústria, na medida em que a participação da mulher no trabalho social e portanto sua integração à vida social solapa as bases da família monogâmica individual, baseada na submissão da mulher ao marido e no mecanismo de transmissão da herança. No início da revolução industrial na Inglaterra, o aparecimento da indústria mecânica e o alívio das tarefas pesadas proporcionadas pela máquina trouxe a possibilidade de emprego maciço de mulheres.

Em pouco tempo junto com os adolescentes e crianças elas se tornaram a grande maioria nas indústrias pioneiras, do ramo da fiação e tecelagem. Em 1861, no setor do vestuário, na Inglaterra e no País de Gales, havia mais de 580 mil mulheres contra 437 mil homens. As consequências para a família se tornaram logo visíveis. As mulheres foram submetidas a um regime de trabalho hoje praticamente inexistente em países adiantados, de 16 horas de trabalho por dia, além disso, praticamente abandonavam seus filhos, quando não os vendiam para fábricas onde também eram submetidos a condições de trabalho igualmente pesadas, levadas por necessidades econômicas.

Assim, se a incorporação das mulheres ao trabalho na grande indústria, ao grande trabalho socialmente produtivo, é um fenômeno essencialmente progressista, por outro lado a tendência a empregar essa mão-de-obra vai no sentido de criar-lhe inicialmente condições penosas de trabalho. A esse respeito é extremamente necessário cuidar para que a jornada de trabalho seja respeitada e reduzida, que existam as facilidades para criar os filhos, amamentá-los e mesmo só tê-los quando assim for do desejo da trabalhadora. E, na medida em que a luta por creches, por restaurantes populares e educação coletiva são parte integrante da luta geral de todos trabalhadores por melhores condições de vida, se vê que a mulher não pode pensar na sua libertação social sem pensar no progresso político de toda a sociedade.

O que os trabalhadores e trabalhadoras devem fazer se os empresários querem eliminar as restrições ao trabalho noturno das mulheres na indústria têxtil por exemplo, como agora acontece em Belo Horizonte? Essa é uma medida que visa a criar mais condições para que as mulheres se libertem da servidão do homem nas tarefas domésticas? Os trabalhadores saberão estudar as condições concretas de suas lutas. Em princípio é utopia e contra o progresso toda tendência a proibir o trabalho social das mulheres e a tentar manter o regime patriarcal de vida que as exclui desses trabalhos. É o trabalho na grande indústria que destrói sua submissão e o estreito círculo de relações domésticas e familiares em que vivem e as substitui pela independência e novas condições de vida que estão, sem dúvida, muito acima das condições anteriores.

(*) É possível que o censo do IBGE, que é feito com poucos recursos, tenha classificado mal parte das mulheres na agricultura; muitas delas fazem trabalhos domésticos mas também trabalham na lavoura do campo, produzem alimentos que podem ser trocados e se convertem portanto em produtoras de mercadorias, de produtos sociais. Pelo tamanho e pela população, que tem, parte das pequenas propriedades agrícolas são propriamente propriedades de *proletários*, que mal sustentam seus donos: 1,5 milhão dessas mulheres sem remuneração estão em propriedade de menos de 5 hectares onde provavelmente seus maridos, filhos ou irmãos não encontram emprego e de onde saem para ir trabalhar em terra alheia como diaristas, mensalistas ou bóias-frias).

MULHERES TRABALHANDO

Como trabalha e o que acha de seu trabalho a mulher brasileira? Repórteres de Movimento em vários lugares do país, entrevistaram e descreveram o dia-a-dia e as idéias de algumas trabalhadoras

Vassoura na mão, calça e camisa cor de cenoura, 260 mulheres varrem as ruas de Salvador, Bahia. A maioria trabalhou como empregada doméstica e guarda disso impressão ruim, como Isalide Francisco dos Santos, 23 anos, curso ginásial. Hoje ela começa o trabalho às 7 horas e sabe que vai deixá-lo oito horas depois.

"Nas casas de família o trabalho é muito preso e no final do dia a gente não tem hora nem pra comer direito. Qualquer dona de casa sabe que isso é verdade. Aqui, no serviço da limpeza pública, a gente tem horário certo, dias de folga, férias, feriados, assistência médica e outros direitos que não são dados em casa de família. Outra coisa que é boa aqui é que a gente faz uma coisa só enquanto que em casa de família faz de tudo. É claro que ganhar mais é sinal de que o trabalho que se está fazendo é melhor. Como doméstica eu ganhava no máximo 250, agora ganho 490".

Mariinha, também gari em Salvador:

"Chato mesmo é a gente ter que chegar em casa depois de um trabalho duro como o nosso e ainda fazer todo o trabalho de casa: lavar, cozinhar, remendar a roupa e todos os serviços da dona de casa. Claro que nós mulheres sempre acabamos trabalhando mais que qualquer homem. Todo homem acha que o trabalho de dentro da casa é obrigação da mulher e com isso eles acabam levando vantagens que a gente não tem. Meu marido é bom, ele gostaria de ajudar mas quando chega, está sempre tão cansado, que nunca dá."

São Bernardo do Campo, São Paulo.

Antes das cinco, a "plorra" (Feminino de peão, na fábrica da Volkswagen) Raquel já está de pé, a caminho do ponto do ônibus que transportam os 36 mil empregados — 1.500 mulheres — para a fábrica de automóveis da Volkswagen.

"A Volks é tão grande, mas tão grande, que é maior do que muita cidade que tem por aí. Eu pego às seis mas chego às cinco e meia porque perco 30 minutos caminhando do portão da entrada ao lugar do trabalho. O meu setor é o que produz *chicotes* e os *espaguetis*, que parecem uns carrinhos de borrachas cheios de fios dentro, e servem para a parte elétrica dos carros. Às 6 eu chego à mesa onde trabalho. E fico de pé defronte daquela mesa durante todo o dia até às quatro e meia da tarde. Trabalhamos em grupo de cinco e

se gasta 30 minutos para fazer um chicote, usando cola e vaselina para o fio deslizar melhor. Tem mulher que não se dá com a vaselina, isso aconteceu com uma colega minha que teve de mudar de setor porque ficou com alergia. Mas isso não é nada. Pior é o cheiro de tinta da ala 13. Acho que nós mulheres realmente não podemos trabalhar naquele setor porque faz mal inclusive aos homens que sempre foram mais resistentes. Quero dizer: não dá para a mulher trabalhar nesse ambiente que já é brabo pros homens. O que é mais importante ali é deixar 2.700 motores ok por dia. Aconteça o que acontecer. E acontece cada coisa... No meio dessa multidão de trabalhadores eu aprendi um pouco mais da vida. E mudei. Já não sou mais aquela menina debochada dos ônibus, que adorava olhar as vitrinas sentada no banco da janela. Debochada porque cutucava a Cleuza que viajava comigo. Olha ali: os cabelinho aparecendo. A gente ria dos homens que tinham a camisa rasgada embaixo do braço. Agora não, mudei, tenho um pouco de vergonha dessa época. Não cutuco mais a Cleuza quando sinto o suor da negrada espremida na condução, quando vejo os homens das marmitas com as unhas sujas, marcado de graxa, que é tão feio. Porque se eu fizesse isso teria que mostrar também as minhas mãos. A fábrica me ensinou o respeito. Porque o mal ou bem do outro é igualzinho o nosso. Acho que todas as mulheres deviam aprender isso..."

Hora do almoço na fábrica da RCA Victor em Contagem, Minas Gerais. Sentadas em banquinhos no pátio e no jardim, algumas dezenas de moças descansam ainda com os aventais brancos, com as letras RCA escritas com linha vermelha. A RCA é a fábrica que mais emprega mulheres em Minas: em abril do ano passado, de seus 1.017 empregados, 70% eram mulheres, todas em cargo que vão até o de supervisor; os chefes, técnicos e engenheiros são homens.

Os salários são 30 a 35% inferiores ao salário-inicial na Belgo Mineira e na Manesmann, diz o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte. As

mulheres, que agora estão descansando no jardim na RCA Victor, induzindo a confundir a aparência do ambiente da fábrica à de um colégio, entram às 7 e 30 e trabalham até às 11 e 30; recomeçam às 12 e 30 e acabam às 17 e 36. Em cada expediente há dois intervalos de 10 minutos, recomendado pelos médicos da fábrica como remédio para "crises nervosas". Fala uma funcionária graduada do Depto. de Pessoal da fábrica: "A maioria de mulheres na produção se deve a dois motivos. Primeiro, a fábrica não exige nenhuma experiência, basta ter o primário e passar nos exames. Elas são treinadas para executar a função aqui na fábrica. So recrutamos mulheres porque é um trabalho que exige muita paciência, muita habilidade manual. Fica sentada o dia inteiro, soldando fios minúsculos. Homem não dá certo para esse tipo de serviço."

Uma operária:

"Quando eles colocam o aviso no quadro nós falamos com as vizinhas interessadas para vir fazer a inscrição. A seleção é muito rigorosa. Eu indiquei uma colega que fez a inscrição duas vezes e nem foi chamada para os exames. Quando as inscrições abriram de novo, eu disse pra ela não colocar que tinha o curso ginásial e deu certo. Passou nas provas e já está trabalhando. Eles não gostam de menina que estuda, dizem que prejudica o serviço."

A funcionária graduada:

"É por causa do tipo de serviço. Pra quem só fez o primário o trabalho na fábrica pode ser uma realização. Mas se a menina está no ginásio, ela tem o horizonte maior, quer progredir, ganhar mais, mudar para uma função melhor. Isso aqui é raríssimo. Não existe esse tipo de promoção. O empregado é treinado para fazer uma coisa e vai ficar fazendo aquilo todo o tempo que permanecer na fábrica. No caso das meninas que estudam, é melhor para elas mesmo não entrar para a fábrica, porque logo ficam insatisfeitas, a fadiga é maior, acabam saindo. Isto já foi observado. As meninas que permanecem mais tempo na fábrica e dão produção melhor são aquelas que não tem preocupações com os estudos."

As mulheres que passam pelos exames assinam um contrato de experiência, de 90 dias, com a RCA. Nesse período, trabalham como qualquer outra produzindo os standard, conjunto de peças que as operárias soldam, às vezes usando microscópios para achar os fios. Uma música suave e monótona garante a quietude das operárias, que não podem conversar...

Outra operária:

"Fico com os olhos vermelhos e cansados, dores nas pernas e nas costas. Por mais que me esforce, o serviço não rende. Na minha seção a qualidade é muito importante. Se sai uma peça com defeito, vêm as supervisoras reclamar... Com o tempo a gente vai ficando cansada e não consegue mais dar a mesma produção de antes. Eu fico preocupada porque mesmo com o salário pequeno tem muita gente querendo entrar. E quando uma menina sai daqui vê que o que aprendeu não adianta nada em outro lugar porque não existe outra fábrica igual. O que a gente faz só existe na RCA..."

Belo Horizonte: um pouco longe da fábrica da RCA Victor, às 5 e 30 da manhã, Maria Goretti, 23 anos, levanta apressada. Tem apenas meia hora para se aprontar: às 6 e 30 passa o único ônibus da linha Petrolândia, que a levará ao Grupo Escolar Isabel Firmo de Matos, no bairro Petrolândia, Contagem. Com um gole de café preto, ela espera no ponto da av. João Cesar de Oliveira pelo ônibus que vem apinhado de operários das Indústrias Cinco (Centro Indústria de Contagem). Por quatro horas de aulas diárias a 46 alunos, Maria Goretti recebe Cr\$ 850, mais 13º salário.

As aulas começam às sete horas, mas como a linha só tem um ônibus, se não levantar cedo perco o das 6 e ele só volta às 8. É o maior problema chegar até o grupo quando perco o Petrolândia. Tenho de ir de ônibus até a praça da Cemig. De lá, pegar o Imbiruçu, descer e continuar no Petrobrás. Depois, ando alguns quarteirões. Fica muito mais caro, pois aumentam tres conduções e demora o dobro do tempo... Minha classe é de 1º ano repetente. São meninos desiludidos, complexados e indiferentes. Depois de várias reprovações (a idade varia de 12 a 13 anos) eles já estão muito derrotistas. Sem vontade ou motivação, alguns se justificam: lh. dona Goretti, não adianta ensinar, não; minha mãe diz que eu tenho a cabeça dura, não vou aprender nunca mais... Quase todos são filhos de favelados, operários e mães solteiras, sem dinheiro para comprar lápis ou caderno.

Eu já desisti de pedir para virem uniformizados. Chega aqui e abre o verbo; eles dizem que não podem comprar, como é que eu vou exigir?... Minha vida é uma correria danada. Nos fins de semana, feriados, dentro dos ônibus, vou aproveitando o tempo para estudar. Quando a coisa aperta, mato aula na faculdade (3º ano de Pedagogia) para preparar o plano de aula do grupo. Quando posso, vou ao cinema aos domingos. Não gosto de televisão. Gosto de Jorge Amado e desses livrinhos baratos, que a gente troca nas bancas com facilidade. Mas não tenho tempo para ler. Agora deve ter uns dois meses que tirei na biblioteca do grupo o livro "Reinações de Narisinho" e até hoje não acabei de ler. Não leio jornais, detesto. Por intermédio dos outros é que fico sabendo das coisas... Tudo que sei aprendi trabalhando. Vejo meus cadernos do Normal e na prática tudo é diferente. A cada dia eu aprendo. Vejo onde falhei no ano anterior, procuro corrigir no ano seguinte. A cada ano, sei que sou melhor professora, sem querer me gabar. Professora tem muita frustração, tenho também a recompensa. Quem pensa em ganhar dinheiro tá a pé. A gente fica esperando que a coisa melhore. Vida de professora é isso: esperar, que um dia vem. A maior das alegrias da profissão é ver aqueles menininhos entrarem pra escola sem saber nada e depois ver que eles já sabem ler e escrever. Aí você sente que ajudou a nascer alguma coisa. Dou aula para o primeiro ano e fico comovida quando vejo meus meninos pro-

movidos. Outro dia, o Fábio, que foi meu aluno no ano passado, me mandou um bilhete, cheio de erros, mas escrito por ele, dizendo que não gostava mais de mim, que eu era chata. "Você não liga pra mim mais", reclamava. São essas coisas, esse reconhecimento pelo trabalho que não me deixam desistir."

Rio de Janeiro, um escritório. Fala Sônia Campos, 27 anos, secretária:

"Uma recepcionista, seja ela de empresa grande, média ou pequena, que perde seus atributos pessoais, vai direto para a rua. Por isso, quando eu percebi o que poderia acontecer comigo com o passar dos anos, tratei de me aperfeiçoar e transformar-me em secretária. Eu percebi, felizmente a tempo, que a beleza física é mais importante que a capacidade profissional de uma recepcionista. Assim é que me transformei em secretária. Meu chefe é um homem simpático mas constantemente minhas funções de secretária extrapolam para outros campos, tais como a vida particular dele com a esposa. Tenho habilidade suficiente para não entrar em choque com nenhum dos dois. Por esse serviço, de conselheira matrimonial, não recebo um tostão a mais. Isso sem falar nas constantes inspeções que as mulheres dos executivos fazem aos escritórios para verem a cara da secretária. De nenhuma maneira nós somos bem vistas. A secretária é sempre suspeita."

Ainda no Rio, Ana Maria, 26 anos, secretária bilingue:

"Qualquer moça de minha idade, com razoável aparência, exercendo uma função junto a qualquer executivo, está sempre exposta a vários vexames. Recebe cantadas, passa por amante do chefe, é vista com maus olhos. Sinto que esta situação, esta imagem que se faz da secretária está ligada diretamente ao comportamento de cada um. Veja bem, se você é jovem, alegre, descontraída, muitas pessoas não entendem e pensam que você está facilitando. Se ao contrário sua atitude é de reserva, séria, formal, pensam que você é amante do diretor e se comporta dessa forma para manter-se no cargo. Claro que aquelas mulheres que são secretárias na maturidade, não usam maquiagem 40 e usam óculos, ninguém duvida de sua honra. A imagem da secretária que é vendida por aí mostra a moça no colo do patrão. Isso é uma atitude que reflete a necessidade de os patrões se sentirem superiores diante da sociedade."

A função da secretária exigia tantas qualidades que para mim foi um desafio. A única coisa que realmente não compensava, no início da minha carreira, eram os salários, que mal davam para cobrir os custos mínimos de minha sobrevivência, acrescidos da necessidade de manter sempre "boa aparência". Depois que me especializei mais, consegui melhor padrão de vida, mas estou certa de que a minha constante simpatia eram e são uma graciosidade contribuição para o aumento do capital da empresa. Numa grande empresa, as especialidades têm que ser amplas: um corpo perfeito, um rosto bonito, um sorriso simpático, boas maneiras e tudo mais, fazem da secretária mais um ponto alto na empresa que bem impressiona aos visitantes e negociantes."

Redação do Jornal O Estado de S. Paulo, um dos mais austeros do país, onde até pouco tempo reinava a norma "mulher não entra". Agora, algumas dezenas de mulheres trabalham em vários setores da redação, nove na reportagem, trabalho tradicionalmente reservado para os homens. A repórter Irene Solano Viana é uma delas. Recentemente chegou ao mais alto cargo que uma mulher já exerceu na redação do jornal a de chefe de reportagem, um cargo "tipicamente masculino", que exerceu interinamente.

"Eu comecei no jornalismo em 1965 quando ainda cursava o último ano da Faculdade de Jornalismo Cáster Líbero, como redatora do Dirigente Industrial, revista técnica à época pertencente ao grupo Visão. A partir daí, iniciou-se uma experiência profissional que, talvez também por questão de sorte e por ter encontrado homens de mentalidade aberta e sem preconceitos de sexo, foi sucessivamente facilitada inclusive a cargos de chefia.

Com um pouco mais de um ano de jornalismo profissional, no Dirigente, fui convidada pelo diretor de redação do Grupo, Giuseppe V. L. Michelino, a trabalhar em uma editora técnica que estava criando: a Medisa S. A. Editora (com uma revista de Medicina, outra industrial e uma terceira econômica). O cargo oferecido foi de Secretária de Redação, com salário compatível ao de outros homens, em outras editoras, no mesmo cargo. Dois anos depois, com o mesmo grupo, fui promovida a diretora de redação, cuidando de publicações que iam desde uma revista textil (bastante especializada) até house-organs (revistas de empresas) para terceiros.

Em 1971, ingressei na Folha de S. Paulo, como copy-desk da editoria Política e Nacional. Meu ingresso neste cargo representou, inclusive, uma inovação na Folha de S. Paulo: fui a primeira mulher copy-desk na Folha, à exceção das que participavam das editorias femininas e infantis. Mas isto não significava, por parte da Folha, um "tabu" em relação ao trabalho da mulher. A reportagem contava com muitas mulheres em seu quadro e até a seção Econômica tinha uma colunista

"Não cutuco mais a Cleuza quando vejo os homens com as unhas sujas, marcado de graxa. Se fizesse isso, teria que mostrar também as minhas mãos. A fábrica me ensinou o respeito; o bem ou o mal do outro é igualzinho o nosso. Acho que todas as mulheres deviam aprender isso..."

(Raquel, operária da Volkswagen)

especializada — Cecília Zione — entre seus colaboradores. Com seis meses de copy-desk da editoria Política, por doença do editor, eu o substituí e fiquei editando a seção durante pouco mais de um mês. Neste período, não encontrei nenhuma oposição séria por parte dos colegas homens: nem daqueles que estavam sob minhas ordens, nem dos que estavam hierarquicamente superiores à mim.

Recebi, na época, e declinei, inclusive, o convite da Secretaria do Jornal para ser redatora de primeira página, privilégio até então exclusivo de colegas homens. Não aceitei porque achava um trabalho menos dinâmico e porque havia um grande entrosamento entre a equipe da Local, que eu relutava em abandonar.

Paralelamente a este trabalho na Folha, era também, a partir de 72, funcionária da assessoria de imprensa da Sacc (atual Sabesp), trabalho que para mim era novidade, pois nunca havia trabalhado em assessoria de imprensa antes. Na Sacc, também não encontrei nenhum preconceito mais arraigado, embora fosse a única mulher jornalista da assessoria, na época. O apoio recebido do então superintendente, João Moreira Garcez Filho, foi tão grande quanto os anteriores. Um ano depois — quando havia decidido, por motivos pessoais, deixar a Folha — recebi dele o convite para assumir a chefia da assessoria de imprensa da Sacc, cargo que exerci praticamente até a consolidação da fusão desta empresa com a Sabesp.



Com esta fusão, resolvi deixar a Sabesp e ingressei em O Estado de S. Paulo. Na reportagem, não detectei pessoalmente nenhum tipo de preconceito em relação ao trabalho da mulher, mesmo porque, quando ingressei, cerca de 30% do quadro de repórteres de O Estado era composto por mulheres. Recentemente, substituí o sub-chefe de reportagem por um mês. Cheguei a participar de reuniões de primeira página, tradicionalmente sérias e formais, sem ter notado nenhum problema ou preconceito latente. Meu trabalho neste período — além do apoio imprescindível de toda a equipe de repórteres, incluindo os homens que, confesso, achei à princípio que poderiam protestar — contou com a colaboração da chefia de reportagem e da secretária do jornal. No último dia de substituição, inclusive, o sub-secretário Ludeberg Teixeira de Goes, fez durante a reunião de primeira página "um elogio público pela colaboração e pelo trabalho realizado".

Enfim, não sei se minha experiência pessoal no jornalismo paulista possa ser significativa a respeito das dificuldades que a mulher enfrenta na profissão. Estas dificuldades eu não as enfrentei violentamente, nem nos ambientes frequentados e nem salarialmente (sempre recebi os salários de mercado). Acredito, no entanto, que isso não teria acontecido há quinze ou vinte anos, quando a situação era realmente bastante diversa. Hoje, o trabalho da mulher jornalista é, antes de quantitativamente, qualitativamente imprescindível

para qualquer veículo que se preze. E se ainda existe alguns colegas preconceituosos, eles estão ficando cada vez mais em minoria e, fatalmente, se envergonharão de manifestar este ponto de vista, a curtíssimo prazo."

Companhia Industrial de Belo Horizonte, uma das maiores indústrias de fiação e tecelagem de Minas Gerais (a fabricação de tecidos é dividida em três grandes setores — a fiação, a tecelagem e a estamparia. Nos dois primeiros, as máquinas não param; quando soa o apito de mudança de turno os operários já devem estar preparados para, imediatamente, substituir a turma anterior).

O pessoal que sai da fiação tem a roupa cheia de fiapos de algodão. É o resultado do trabalho num galpão tomado pela "fumaça do algodão", que se desprende da matéria-prima em processamento, e que os inúmeros exaustores não conseguem absorver. No teto, nas engrenagens das máquinas, em quase todos os setores, o algodão agarra como teia de aranha. As fiandeiras têm por função vigiar as máquinas que recebem o fio mais grosso (pavio) e o transformam em linha para tecer o pano. São muitas máquinas para uma fiandeira cuidar. Cada máquina enrola centenas de canelas (carreiris) de linha, simultaneamente. As fiandeiras têm de ficar atentas, vigiando os fios, para emendar os que arrebentam. Na cintura trazem amarrado um pequeno aparelho que faz o nó das emendas, mas com o tempo elas acabam fazendo a operação com os dedos, em incrível agilidade. O trabalho tem de ser feito com esperteza para elas conseguirem produzir o volume (peso) mínimo de fios exigido pela fábrica. O que excede esta produção representa um pequeno acréscimo sobre o salário da fiandeira, dos encarregados da manutenção e ajudantes da fiação. O som das canelas rodando nas máquinas de fiar, mais os motores que movimentam as máquinas produzem um barulho ensurdecedor e contínuo, semelhante ao zumbido de turbinas de aviões.

Aparecida é uma das operárias que faz o trabalho de manutenção na fiação. Há sete anos ela trabalha. Tem 23 anos, mas o rosto enrugado, o corpo já meio curvado lhe dá a aparência de uns 35. Inicialmente trabalhava como fiandeira, mas não con-

seguir dar a produção e foi transferida para o serviço de manutenção. Seu trabalho consiste em ficar durante sua jornada com uma peça parecida com um revólver na mão, cuja ponta tem uma haste rotativa. Com a haste ela apanha os fiapos de algodão que pousam sobre as engrenagens da máquina. Se provocar a ruptura de um fio, tem a obrigação de emendá-lo. Como a maioria das mulheres que trabalham na fábrica, Aparecida é contra o trabalho da mulher à noite. "Mulher não aguenta o batente da noite, só mesmo homem", opina a operária que também não gosta de ser obrigada a trabalhar nos domingos (o trabalho aos domingos foi implantado na fábrica com base em autorização especial do Ministério do Trabalho). "De que adianta ter folga na semana? Não pode visitar uma amiga, as colegas estão trabalhando. Dia de descansar é no domingo, igual para todo mundo."

Ainda Cia Industrial de Belo Horizonte; agora, na tecelagem:

Se na fiação o barulho das máquinas assusta, na tecelagem dá uma sensação de desespero. É um ruído ritmado, como o de várias locomotivas funcionando ao mesmo tempo. Conversar é um esforço inútil. A percepção das palavras desaparece, ficando apenas a compreensão mímica. A psicóloga da empresa revela que o barulho é provavelmente superior ao volume de decibéis considerados suportável. Lembra o caso de moças que não aguentaram o trabalho na tecelagem, o ruído permanecia nos ouvidos mesmo depois que elas saíam da fábrica. "São pessoas que não se adaptam ao trabalho no setor, mas geralmente são aproveitadas em outro tipo de tarefa, transferidas para outro local."

Ao contrário da fiação, onde o ambiente é quente e seco, na tecelagem o tipo de trabalho exige, segundo a empresa, um ambiente úmido, "climatizado". Isto é feito através de inúmeros ventiladores (umidificadores) ligados a um sistema de água, que ficam constantemente jogando sobre o galpão de tecelagem um vapor de água, que cai como uma chuva fina e umedece os fios nos teares, como também as tecelãs que estão trabalhando. A temperatura permanece elevada por causa do aquecimento dos motores que movem os teares.

A primeira vista tem-se a impressão de que a tecelagem está funcionando de forma completamente automática. No meio dos enormes teares, as tecelãs parecem pequeninas, passam quase despercebidas. Seu trabalho é ficar em constante vigilância para o tecido não sair com defeito, trocar as linhas, na hora exata, manter todas as máquinas em movimento. Cada uma delas toma conta de duas ou mais filas de teares, com até 30 máquinas. "Há uns 10 anos — conta uma tecelã mais antiga — cada uma de nós tocava só 6 teares e ainda tinha uma ajudante. Agora as máquinas são mais modernas, automáticas, arrebentou uma linha elas param. Mas isto não ajudou muito o empregado. Ganhamos a mesma coisa para fazer funcionar um número cada vez maior de teares."

Na seção de tecelagem desta fábrica a eficiência mínima exigida de cada operária em sua jornada de trabalho é de 74% (100% corresponderia a um funcionamento contínuo da máquina em cada jornada). Com aquela produção a tecelã recebe um salário fixo, mais um acréscimo proporcional à porcentagem de eficiência que superar o mínimo estabelecido. Um dos próprios diretores da fábrica diz que uma eficiência de 96%, apresentada por algumas tecelãs é irreal. "O que ocorre é que elas aproveitam uma parte da hora do almoço e vão tocar as máquinas para aumentar a produção. Mas fazem isto espontaneamente, com o interesse de aumentar o valor recebido pela produção no mês."

Entre as tecelãs existem algumas de idade avançada, cabelos já quase totalmente brancos. Na fábrica os critérios de admissão foram mudados há pouco tempo. Ela aceita mulheres casadas e não leva em conta a idade do candidato. "Notamos que os empregos anunciados nos jornais sempre limitavam a idade para admissão entre 30 e 35 anos. Aqui os critérios são outros. Desde que o operário tenha condições de fazer sua tarefa, não importa se é novo ou velho, homem ou mulher, casado ou solteiro. O serviço em tecelagem não exige muito esforço físico. É mais importante ter atenção e habilidade nas mãos."





Um relatório sobre as economias dos países capitalistas avançados mostra que as mulheres são as mais prejudicadas com a recessão que deixou milhões de desempregados em vários países desenvolvidos. E conclui para que as leis de proteção às mulheres sejam cumpridas é preciso ter mais mulheres nos órgãos de decisão.

As mulheres são as principais vítimas da recessão", esta é a conclusão de uma recente pesquisa da Organização Internacional do Trabalho, apresentada na Suécia a respeito dos efeitos do período de recessão das economias capitalistas dos dois últimos anos, que deixou milhões de desempregados nos países da OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - que reúne a Europa Ocidental, os Estados Unidos, Canadá, Japão, Austrália e Nova Zelândia.

Segundo a pesquisa, as mulheres representam mais de 40% do total de desempregados desses países, sendo que constituem somente 35% da força de trabalho. Na Bélgica, o índice de desemprego feminino foi superior ao dobro do índice do desemprego dos homens (14,3% e 5,3%, respectivamente). Os números indicam que, no processo de recuperação das economias capitalistas, os homens voltam ao trabalho, mas as mulheres permanecem desempregadas, e só em último caso serão reabsorvidas como força de trabalho.

Na economia alemã, de abril de 1975 a abril de 1976, o número de mulheres desocupadas

As mulheres e a crise econômica

aumentou em mais de 600.000, e o de homens diminuiu em quase 55.000.

O relatório da OIT, tenta responder porque se tem conseguido tão pouco em relação ao problema de desemprego da mulher numa economia capitalista. Entre os principais motivos apresentados:

Existe uma divisão (sexual) do trabalho que cria prejuízos na relação entre os sexos e que só tende a seguir práticas discriminatórias em matéria de remuneração e ascensão profissional.

Não se permite às mulheres mais participação, elas não podem pronunciar-se sobre os problemas que as afetam diretamente.

Quanto às possibilidades de ingresso no mercado de trabalho, as preferências, diz o relatório, ainda são pelos homens: quanto às ocupações que podem ser desempenhadas, os homens levam grande vantagem - mesmo na Suécia, tido como um país democrático, os homens podem optar por 300 ocupações e as mulheres por somente 25 ocupações.

O encaminhamento forçado da mulher em direção a "ocupações adequadas" começa no ensino e na formação profissional. Uma pesquisa revelou que 66,9% das mulheres que perderam seus empregos durante a recessão não tinham educação superior e que 48,6% havia abandonado seus estudos antes dos 17 anos.

Segundo a publicação da OIT, o fato de que muitas legislações existentes para proteção ao trabalho feminino não funcionam na prática, deve-se sobretudo ao fato de que as mulheres não estão sendo consultadas de maneira suficiente para a elaboração e aplicação das medidas que visariam solucionar o problema. O relatório conclui que elas deveriam ser representadas nos órgãos de planificação econômica que definem programas de criação de empregos, e nos mecanismos paritários de negociação de convênios coletivos. (Ronaldo Aguinaga)

Um terceiro turno para as tecelãs mineiras?

Em seu último balanço publicado nos jornais de Belo Horizonte na semana passada a Cia. Industrial Belo Horizonte, uma das quatro maiores indústrias de tecidos de Minas Gerais, assinala que em virtude da falta de mão-de-obra masculina, determinando "uma menor disponibilidade de produtos para o mercado externo, a Cia vem procurando alertar ao Governo da necessidade premente de melhor adequar o trabalho feminino." O balanço se refere ao emprego da mulher no trabalho noturno, prática vedada pela legislação trabalhista brasileira.

Um dos diretores da Cia., Leonardo B. Machado, falando a Movimento, justificou o empenho de sua empresa na eliminação daquela restrição. "Trata-se de uma recomendação da Organização Internacional do Trabalho, referendada pelo Brasil em 1919. Mas agora os tempos mudaram, é preciso também atualizar a legislação. Esta medida foi tomada em outra época, há mais de 50 anos, quando acabava a primeira guerra mundial e para atender a problemas exclusivos da Europa. Os homens que retornavam dos campos de batalha precisavam ter assegurados empregos nas fábricas. E para defender empregos para estes homens, já que durante a guerra as mulheres estavam ocupando o trabalho nas fábricas, foi criada o impedimento para o trabalho da mulher à noite".

"É só examinar a situação em outros países", prossegue, "independente de ideologias, para constatar que hoje esta limitação do trabalho da mulher não encontra mais justificativa. Na Iugoslávia ou na Rússia, as mulheres fazem todo tipo de trabalho, dirigem caminhões, locomotivas, trabalham na indústria pesada, etc. Afirmar que a mulher é menos resistente que o homem é um preconceito, uma discriminação. Nunca ninguém conseguiu provar isto.

"No caso do Brasil, um país em desenvolvimento, mais importante que a renda individual

é a renda familiar. A mulher que trabalha está contribuindo para aumentar esta renda. Não se pode admitir mais uma família com seis ou mais pessoas em que só o homem trabalha." O industrial não toca no ponto de que as mulheres passaram a trabalhar porque o salário real de marido diminuiu muito nos últimos anos e prossegue. "Se a mulher pode trabalhar à noite em bares, boates e restaurantes, por que não na fábrica? O que seria mais problemático para a moral da família?" O caráter da medida, muito mais de oportunismo do que uma real defesa dos interesses da libertação feminina aparecem nos seus próprios argumentos: a fábrica? O que seria mais problemático para a moral da família?" "Existem precedentes: a indústria de couros, por exemplo, tem obtido autorização para empregar mulheres à noite, desde que sua fabricação seja destinada à exportação."

Segundo o diretor, numa pesquisa realizada nas duas fábricas da empresa (em Belo Horizonte e Pedro Leopoldo) para se conhecer o interesse das mulheres em trabalhar no período noturno, obteve-se 776 inscrições (506 solteiras, 237 casadas, 30 viúvas e 3 desquitadas). "Veja o número de filhos que seriam beneficiados (958). Tudo isto foi obtido em apenas cinco dias de inscrição, feita com muita divulgação. Estes resultados foram levados ao ministro do Trabalho, para comprovar a necessidade da liberação do trabalho feminino à noite".

Em sua reivindicação os empresários acrescentam o argumento da alta rotatividade da mão-de-obra no ramo. E apontam o que parece ser o principal interesse das empresas no caso: contar com trabalhadores que fazem menos exigências, acomodados: "Preferimos admitir mulheres por este motivo. Elas são mais acomodadas ao lar, portanto mais estáveis no trabalho. Em Pedro Leopoldo temos até professoras primárias que são tecelãs."

Fernando Miranda)

MARIA SALÁRIO-MÍNIMO



Maria Salário-Mínimo, na semi-escuridão da tradicional passividade e ignorância feminina, é quem melhor sabe onde está o último furo do cinto. Sua estória começa e termina em qualquer fábrica. Na realidade, Maria Salário-Mínimo são muitas. Cada uma falando linguagens diferentes, descrevendo imagens distintas, se refere à mesma coisa: pobreza e trabalhadeira.

Essas Marias estão espalhadas aos milhares por diversas indústrias: alimentícias, têxteis, metalúrgicas, químicas. Há mulheres trabalhando em tornos, furadeiras, prensas e em diversos outros tipos de máquinas. Que porção da força de trabalho representam na sociedade industrial?

Segundo Eva Alterman Blay, a "insuficiência de dados quantitativos decorre da imprecisão que envolve o conceito de trabalho feminino. Estruturam-se obstáculos sociais ao reconhecimento do trabalho, pelo fato de ser exercido por uma mulher." A informação foi dada em tese desenvolvida pela autora, sobre o trabalho qualificado da mulher na indústria paulista.

O Departamento Inter-sindical de Estudos Estatísticos e Sócio-Econômicos — DIEESE — e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE — só possuem dados gerais do censo de 1970 em relação a trabalhadores em geral, envolvendo os dois sexos. O SENAI, Serviço Nacional da Indústria, sem nenhuma informação disponível, promete para "fins de 1976" amplo estudo estatístico da população produtiva, analisada por faixa etária, sexo e ocupações desnevolvidas.

Os Estados Unidos são o país que dispõem de uma das mais fartas bibliografias relativa ao trabalho feminino entre os países industrializados e economicamente desenvolvidos, afirma ainda Eva Blay. Ela é fruto de estudos realizados por agências governamentais, associações, líderes feministas, e contém cunho reivindicatório.

Entre os problemas enfrentados mais costumeiramente pela mulher latino-americana está, além das restrições de ordem sexual, a carência de postos de trabalho, seja qual for o setor, acrescenta.

Na prática, assistimos recentemente, em São Paulo, a aceitação pela mulher de uma atividade até então exercida exclusivamente por homens: os trabalhos de jardinagem e limpeza pública. As "margaridas", como são chamadas, partem diariamente a pé, munidas de seus instrumentos de trabalho — enxada e ancinhos — para locais relativamente próximos de sua sede, para cumprir suas tarefas.

Sob sol intenso ou chuva trabalham ao relento, sem o conforto de sanitários, sem disponibilidade de água, lanche ou cafezinho. Disse uma "margarida": "Queria mesmo é trabalhar na fábrica. Mas, sem leitura não dá." Outras estão satisfeitas: preferem um patrão distante — o encarregado — a "aturar as patroa que abusa da gente e num larga do pé".

As margaridas não sabem que mesmo "sem leitura" poderão ser admitidas em certas indústrias. Luiz Inácio da Silva, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo garante que a maioria dos operários mal sabe ler. "A exigência mínima é que saibam preencher uma ficha. Nem mesmo a Volkswagen possui contingente significativo de mão-de-obra alfabetizada".

Eugênia, que trabalha numa pequena fábrica de mento se assemelha aos vigentes em família, depois: "Eu vim prá qui do Ceará, prá mó de trabalhar na fábrica. Num sabia nada não. Só sei capinã mato. Mas eu vim pressa fábrica aqui, vi o povo fazê e aprindi o sirviço. Acho que é meus trabalho que nas casa das dona."

METALÚRGICAS

Brasil-Mulher foi a São Bernardo do Campo observar como vive a operária que, anônima, lado a lado com o homem, é responsável pela produção maciça da indústria carro-chefe da economia nacional: a automobilística. Sem dados concretos, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo estima em cerca de 10 mil operários o contingente feminino engajado na metalúrgica da região. No entanto — e aí se trata de dados concretos, apenas 1.171 são sindicalizadas, em total de 29 mil sócios da entidade.

Sobre as causas dessa ausência de participação na vida sindical, o presidente do sindicato explica: ao contrário do que ocorre com o homem, a mulher é dócil no trabalho. Não se queixa, não reivindica, não procura o sindicato nem para reclamar, nem para esclarecer-se. Não existe estímulo para a mulher, existe exploração, disse ele.

Ainda segundo o presidente, a mulher obreira é contratada quando há carência de homens ou quando a empresa quer diminuir sua folha de pagamento. No segundo caso, a mulher não vai ao chefe, não pede aumento, não sabe quais são seus direitos, a maioria, por medo, não procura saber. Quando aceita esse trabalho pesado, industrial, é porque está em má situação e não quer perder seu pão.

Comprovadamente, a mulher ganha menos do que o homem para desempenhar as mesmas tarefas, com algumas exceções. Além de todas as vantagens que oferece para o empregador, pro-

porciona ainda outra: concentra-se melhor no trabalho. O único problema, para o empresário, é a gravidez, que normalmente constitui motivo para demissão, continuou o presidente do sindicato.

"A gestante tem direito, por lei, a 84 dias de licença, durante quatro semanas antes do parto e oito depois, disse ele. Atualmente, o encargo da licença recai sobre o INPS. Mas o que acontece habitualmente, mesmo assim, é ela ser despedida na volta ao trabalho. As razões podem ser qualificadas de "ignoradas". Mas podem ser deduzidas: ela vai dividir-se entre o filho e a empresa, que, via de regra, mesmo sendo de grande porte, não possui berçários. (A instituição dos berçários é exigência de lei — N. da R.).

A essa altura, com um filho a mais, como fica a situação da desempregada? Os projetos de lei de Nelson Carneiro e Franco Montoro, que vedam a dispensa da empregada grávida e concedem estabilidade provisória à empregada gestante, estão em tramitação no Senado. Qual será seu destino?

SINDICATO

Muitos problemas poderiam ser evitados pela mulher trabalhadora, se ela se sindicalizasse, disse Luiz Inácio da Silva. No entanto, esse é um problema que se apresenta também relativamente ao homem, embora em proporção bem menor, acrescentou.

O sindicato é hoje — em consequência dos efeitos das leis atuais que regulamentam as atividades sociais políticas e trabalhistas — mais desacreditado do que sempre foi.

Retirado o poder de barganha da classe operária, antes exercido através do direito de greve, o sindicato apenas pode patrocinar o mínimo indispensável a seus associados "Conseguimos dar escolas, assistência médica, jurídica e de lazer para nossos associados. Outras tentativas, entretanto, como denúncias de irregularidades no trabalho, deficiência de segurança e outras, nem sempre são bem sucedidas, desabafou, esclarecido do que os ele- — disse Lula, como é chamado Luiz Inácio — o operário toma como barômetro de eficiência de seu sindicato o aumento que este obtém ou deixa de conseguir." E cita, em seguida, a assembleia de metalúrgicos realizada em 1974 a qual compareceram 11 mil sócios do sindicato, quorum mínimo exigido pela legislação.

"Isso 'nos desacredita', explicou Lula. Apesar de todos os nossos esforços, não conseguimos nada além do aumento decretado pelo governo.

"Sem direito à greve, conclui, o trabalhador perde sua força, não pode barganhar."

O Brasil, tornou-se, à custa do achatamento salarial, um país em que a mão-de-obra é das mais baratas do mundo, atraindo assim investimentos estrangeiros para aplicação entre nós. Graças ao sacrifício do trabalhador, foi possível colocar produtos brasileiros no mercado internacional, a preços altamente competitivos". Esse depoimento foi dado por Ary Campista, presidente da CNTI, à Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga a política salarial do governo, e registrado pela "Tribuna Sindical" n.º 35 de julho de 1975. (1).

O jurista Mozart Victor Russomano, em "O Direito Sindical", explicando as causas de não ser praticada a negociação coletiva nas nações totalitárias, afirma que "o sindicato oprimido, controlado, dirigido ou modelado segundo as programações ou desejos e as ambições do governo ou do partido, não tem possibilidades de desenvolver programas eficientes de negociação coletiva. Falta-lhe a alma, que nasce do direito de reivindicação e do poder de barganha, sem os quais as negociações coletivas são infrutíferas".

"A consciência de classe não se forma de um dia para outro, lembrou o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, órgão oficial da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria. Não temos ainda nenhuma geração industrial. Sempre vão chegando mais pessoas do interior, onde as condições são ainda piores do que aqui, para trabalhar nas fábricas." Como explica o professor Moniz Bandeira, é o "exército industrial de reserva" do Brasil. Com a alta rotatividade da mão-de-obra, o contingente operário se renova constantemente, sempre substituído por novas levadas que imigram do interior para a cidade, diluindo, retardando o processo de conscientização.

Um dos meios de conscientização e informação utilizado pelo sindicato é a "Tribuna Metalúrgica", seu órgão oficial, com tiragem de 40 mil exemplares em edições mensais distribuídas gratuitamente em várias empresas. "Seria muito bom se todos lessem a "Tribuna", diz um funcionário. No entanto, segundo os distribuidores, muitos operários não aceitam o jornal. Outros — até em nível de secretárias — chegam ao ponto de atirá-lo na primeira lata de lixo. Por quê?

Existe todo um sistema fiscalizador, repressivo montado nas fábricas para intimidar as mulheres Desinformadas, são levadas a acreditar no que dizem os encarregados, chefes de seção ou outras pessoas ligadas ao zelo da produção patronal.

Brasil-Mulher entrevistou algumas operárias quando, para completar a marmita trazida de casa, dirigiram-se a um carrinho de frutas estacionado na esquina mais próxima de seu local de trabalho. ■ que houve impossibilidade de penetração no recinto das fábricas. Em geral, é expressamente proibida a entrada na área de produção. Mesmo durante visitas oficiais, feitas por estabelecimentos de ensino, os estudantes não têm direito a conversas ou dirigir perguntas às trabalhadoras. Os motivos alegados são do tipo: "elas estão trabalhando, atrapalharia a produção".

No início da entrevista, houve muitos sorrisos, tudo ótimo. Depois, silêncio, reticências. A conversa ia caindo quando resmungos se avolumaram e uma moça de 18 anos, serena mas firmemente disse: "Acho que isso aí é uma porcaria. Não dá pra ninguém vivê assim. É serviço pesado pra todo mundo. Não tem segurança nenhuma, falta "higienina", falta respeito. Qual quer um chega na gente falando palavrão, convidando pra sair (a jovem tem nível ginásial, lê jornais). Que significa o trabalho? Significa tudo, uê! Sem trabalho a gente não é nada".

Continua: — Nossos chefes dá muito "gancho" — quero dizer que se a gente faltar sem justificativa, fica três dias sem receber nada. Se reclamar, vai para a rua "sem direito" (acreditam que só têm direito a ganhar os dias trabalhados, quando são despedidas).

É o domínio do medo gerado pelas ameaças, do medo da demissão com ou "sem direito", do medo dos acidentes de trabalho — frequentíssimos — da filiação ao sindicato. Segundo informações de do até de ir ao banheiro, funcionários do sindicato, numa das empresas em que trabalham alguns de seus associados, há um guarda no banheiro, cuja utilidade é a de anotar o número de vezes e o tempo de permanência das funcionárias nesse local. Embora não gere nenhum tipo de punição, a fiscalização cria um ambiente psicológico angustiante.

Muitas mulheres pegam o serviço pesado, operando prensas, furadeiras, máquinas em geral. São obrigadas a atingir um índice de produção que requer grande esforço físico. Na maioria das indústrias, a mulher trabalha nove horas e meia ininterruptamente, de segunda a sexta-feira. Nas chamadas "de grande porte", são permitidos 15 minutos de intervalo pela manhã e à tarde.

Uma fábrica que produz parafusos foi denunciada pelo sindicato às autoridades competentes, por obrigar mulher e menores ao trabalho durante os sábados — embora paguem horas extras — para equilibrar atrasos de produção. Proferiram ameaças, também: "Quem faltar estará sujeito a severas punições". Apesar da denúncia, até agora nada foi feito.

José Roberto Machado e Geraldo Pereira de Lima, funcionários do sindicato, desempenham o chamado "trabalho de base" da entidade, promovendo a interligação sindicato-empresa-trabalhador e atuando como mediadores nos casos de conflito e reivindicações entre operários e empresas.

Eles têm muitos casos a contar, extraídos de sua vivência diária. Segundo Machadinho, "as mulheres entram, para as indústrias na qualidade de ajudantes com salários correspondentes". Depois, vão operar máquinas. No entanto, temos muitas sócias registradas como ajudantes, mas que já estão trabalhando há dois anos como premissas. Com o homem é diferente: ele reclama, exige o registro correspondente à sua função real. O homem é mais rebelde, comprovadamente. Qualquer empresário pode confirmar. Talvez esse fator seja uma das determinantes da aceitação da mulher no processo de produção.

"Temos mais de 387 empresas de grande e médio porte em nossa base. E a maioria apresenta esse tipo de problema, além de muitos outros, como ausência de segurança, proteção e higiene. Em contrapartida, há grandes empresas do tipo da Volks e da Mercedes, que pagam melhores salários e oferecem todo o tipo de assistência: convênio com assessorias médicas, ambulatório dentro da empresa, serviço social, cooperativa, dentista. No entanto, são a minoria. Deslumbradas com o que creem ser regalias, mais do que nunca as operárias não se dão conta de seu próprio valor e do imenso lucro que representam para essa grande empresa".

ACIDENTES

— Tem menina aí que vem de dedo cortado (ao serviço), trabalham assim mesmo, e ainda mandam embora. Uma "de menor" cortou fora dois dedos. Se você entra aí dentro, na seção da prensa e dá uma olhada nas meninas, toda machucada... A moça pede pelo amor de Deus que o nome da fábrica onde trabalha seja omitido, pois caso contrário será demitida por falar demais.

Machadinho confirma que realmente durante dois dias uma moça avisou seus chefes de que a máquina com a qual trabalhava estava "sem pressão". Em nome da produção foi incitada a continuar trabalhando com a máquina defeituosa até acontecer o inevitável — teve os dedos amputados.

— Falta de segurança? Waldir, encarregado do Departamento de Pessoal ficou admirado com a pergunta. — É apenas falta de atenção. Já foi até constatado: uma moça machucou-se e passou três meses no seguro. Nem bem voltou, uma hora depois, tornou a cortar-se. Outra, também por falta de cuidado, espirrou ácido no rosto...

Machadinho conta que somente após denúncia do sindicato, a empresa eleger, entre os próprios encarregados de pessoal, os mesmos que obrigam as moças a trabalharem sem segurança, os representantes da sua CIPA — Comissão Interna de Prevenção de Acidentes. E acrescenta: "Vai ficar só no papel". Em seu parecer, a CIPA deveria ser composta por elementos eleitos em assembléia do sindicato, e gozar de estabilidade na empresa durante seu período de gestão. "É mais uma de nossas reivindicações", esclareceu.

De acordo com regulamentação do Ministério do Trabalho a entrar em vigor a partir de janeiro de 1976, todas as empresas

com mais de 50 funcionários serão obrigadas a constituir uma comissão para determinar a prevenção de acidentes de trabalho. Machadinho conta que, em 1974, o número de acidentes de

SEM DIREITO

Ser demitida sem justa causa é o grande problema das operárias. Em muitas firmas, cometer infrações graves como a de posicionar o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, são raras. As moças estão cansadas de que por serem demitidas "sem justa causa" sejam obrigadas a pagar indenização. Machadinho conta que, às vezes, ao ser despedida, a mulher muitas vezes é obrigada a assinar uma "declaração" de "aviso prévio" e "de desligamento". Ora, o aviso prévio é determinado por lei e prevê 240 dias de trabalho equivalente a um mês. Através do acordo, a firma ganha 10 dias de trabalho do operário que, dando o emprego, ocorre normalmente na Machadinho.

No caso de uma moça — mais esclarecida — que quis forçar o cumprimento integral das obrigações relativas ao aviso prévio, os empregadores a obrigaram a receber na Justiça do Trabalho. Pela decisão dos sistemas previdenciários, a mulher teve seus direitos cumpridos, durante meses, para contar os frequentes desvios do regime de advogados para não falar nas idas e vindas, no desgaste e no retardamento. Para evitar tais acontecimentos, a trabalhadora acaba simplesmente demitindo. O sindicato tem inúmeras experiências de demissão em massa.

De um lado, a CIPA do Trabalho, a CIPA do Sindicato, o FGTS, o seguro prévio, as disposições legais para proteção do trabalhador. De outro, o desejo de lucro. Como resolver?

Sob o sol intenso ou chuva trabalhava ao relento, sem o conforto de um banheiro, lanche ou cafezinho. Disse uma "Machadinho": "queria mesmo era trabalhar numa fábrica. Mas sem leitura, não dá. Outras estão satisfeitas: preferem o trabalho distante — o encarregado — a trabalhar a patroa que abusa da gente e não dá para falar na ga do pé".

Miriam, a ferramenteira

A luta de Miriam para obter um emprego "de homem"

A função de operária não qualificada que Miriam Carvalho desempenhava numa fábrica de rolamentos de São Paulo não era o que ela esperava da profissão. Por isso, em 1973 Miriam, de 27 anos, pôs em campo toda sua determinação e decidiu fazer um curso de Desenho Industrial. Como a escola era muito cara, ela abandonou o curso pela metade e inscreveu-se no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Senai, para fazer um curso ambicioso: Controle de Qualidade. Passou nos testes e seis meses depois procurou o supervisor pedindo uma vaga que sabia que seria aberta na sala de medição, "onde se exige um serviço de muita precisão; a sala de medição é uma espécie de controle, só que mais rigoroso, das peças já retificadas".

Aí começaria então uma luta desigual de uma mulher contra os preconceitos no mercado de trabalho. "No momento não dá, você compreende, nesse serviço tem que ser homem" - disse o supervisor, uma frase que ela ouviria muitas vezes. Miriam deixou a fábrica de rolamentos, empregou-se numa empresa menor e continuou tentando trabalhar na "sala de medição" de outra empresa. Quando podia, procurava emprego, fazia os testes mas sempre era barrada por ser mulher, em princípio, ou por ser a única mulher da seção.

Miriam voltou então ao Senai para fazer outro curso, mais especializado e mais reservado aos homens: ferramenteira, um trabalho que pode ser definido genericamente como o de ajustar e preparar as ferramentas que estampam as peças que vão transformar uma chapa de aço num capô de automóvel, por exemplo. Além da especialização, da experiência, esse tipo de trabalho está visivelmente relacionado com a imagem do homem forte. O primeiro obstáculo que Miriam encontrou foi o próprio Senai: o funcionário da secretaria recusou-se a inscrevê-la ("esse não é curso para mulheres") mas ela foi à sala do diretor, pediu para ver os estatutos e, como eles não discriminavam as mulheres, conseguiu matricular-se.

A turma que durante um ano aprendeu o trabalho de ferramenteiro tinha 59 homens e apenas Miriam de mulher, mas ela foi até o fim.

"Essa discriminação começa no mercado de trabalho mas não é um problema exclusivo do Senai. Mas bem que o Senai poderia fazer propaganda dos cursos e explicar que são oferecidos igualmente aos homens e mulheres. Muitas de minhas colegas não fazem nenhum curso porque não são informadas a respeito. Elas também deixam de fazer o curso porque dizem 'já que vou estudar mesmo, melhor ser enfermeira, recepcionista'".

Com o diploma de ferramenteira, Miriam saiu pelas fábricas assustando chefes de pessoal. De recusa em recusa teve que aceitar outro emprego, onde ganhava oito cruzeiros por hora, mas que abandonou para perseguir a meta de ferramenteira. Nos últimos três meses, passou em 12 empresas e conseguiu apenas reafirmar a convicção de que se fosse homem já teria o emprego. Tentou três agências de emprego, mas apenas uma a encaminhou.

Miriam achava que quando concluísse um curso de especialização desse nível romperia facilmente os preconceitos. "Mas acontece, por exemplo, que se eu *mato* (danifico) muitas peças vão dizer que é porque sou mulher, 'mulher é assim mesmo, não dá pra isso'. Mas todo mundo que termina um curso ainda é inexperiente, *mata* peças, seja homem ou mulher. Só que eu tenho de ficar muito mais atenta e tenho de ser uma profissional quase perfeita, exigir muito de mim, porque senão vão dizer que mulher *mata* muita peça".

Uma das causas desses preconceitos, diz Miriam, são as próprias mulheres, que vêem o trabalho como uma atividade secundária, complementar à do marido. "Era preciso mudar essa mentalidade que mulher só trabalha quando precisa ajudar o marido. Eu mesma, se casar, vou continuar trabalhando, porque gosto da minha profissão, me realizo nela. Isso é que todas as operárias poderiam pensar já que tenho de trabalhar, que seja numa coisa que me dá prazer, uma coisa que eu goste de fazer. Muitas vezes não dá pra escolher, mas com o tempo, se a gente insiste, pode dar certo, né?... Sei que vai chegar o tempo em que homem e mulher vão ter as mesmas oportunidades, principalmente quando tiverem necessidade da gente pra aumentar a produção." (Tânia Maria Mendes)

anos em prol dos menores

No próximo dia 17, a Creche Catarina Labouré comemora 45 anos de existência. Seu objetivo é o de amparar a criança pobre e abandonada, sob a assistência social de Irmã Lúcia. "18 mil crianças já repousaram sobre os berços desta creche", afirma ela.

A creche que tem direção das filhas de Caridade de São Vicente de Paulo tem sob seu controle, no momento, cerca de 250 crianças, abandonadas por suas mães ou de famílias muito pobres que não têm como mantê-las.

Assistência médica-dentária é dada a todas as crianças, como também às famílias pobres que recorrem à instituição. Essa assistência é gratuita. A educação é outro setor que também participa dos recursos da creche, arrecadados em bazar ou através de doações. Segundo a Irmã Lúcia, "um método pedagógico eficiente custa caro, mas reintegra essas crianças na sociedade".

A creche, fundada em 1931, começou suas atividades no Ipiranga, em São Paulo, com um Jardim de Infância em regime de semi-internato, visitas domiciliares a doentes e recolhendo, também crianças abandonadas.

Para prosseguir sua obra assistencial, Irmã Lúcia vai promover nos próximos dias 23/24 um bazar, com renda revertida para a entidade. No bazar, serão vendidos a baixos preços, artigos conseguidos de doações. "Esta época, diz a irmã, em plena semana da criança, é mais um motivo para se pensar nos pequenos, que tanto precisam ser lembrados. São datas como esta, que nos levam a nos preocupar com os menos favorecidos".



As crianças amparadas pela creche Catarina Labouré, recebem todo o tipo de assistência médico-dentária.



Cerca de 250 crianças estão recolhidas na creche, em regime de internato.



A educação é um dos pontos principais da creche, para "reintegrar a criança na sociedade", afirma Irmã Lúcia.

MONSTRINHOS DE SETE CABEÇAS

Criança: elemento altamente eficaz como motivação publicitária. Funciona para incentivar o consumo de alimentos, roupas, brinquedos, casa própria, caderneta de poupança, seguro médico e de vida. Funciona até mesmo para vender uma imagem falsa da infância

Maria Rita Kehl



Deixou a família quase pobre.



O Seguro de Vida em Grupo Itaú é uma prestação que garante todas as vitórias que você tem para pagar. É foi criado especialmente para os clientes do Banco Itaú.

A responsável por esse seguro é a Itaú Seguradora, uma empresa do mesmo grupo do Banco Itaú. Que tem a mesma filosofia do Banco, está presente em todas as agências do Banco.

O velho Freud, depois de haver escrito que o que move o mundo são os conflitos entre sentimentos de amor e ódio, retificou: (ou foi um de seus seguidores?) "O que move o mundo são os sentimentos de culpa". Uma vez que nosso mundo capitalista tem como um de seus principais motores o consumo, Freud deve ter toda a razão. A propaganda — um dos motores do consumo — usa e abusa dos sentimentos de culpa de meia humanidade para vender o que quer que seja, de passagens de avião a cadernetas de poupança.

Só que os sentimentos de culpa a que se referem os psicanalistas são aqueles sentimentos profundos e inconscientes, resul-

Seja sincero: sem você sua família poderia manter o padrão de vida atual?



tantes justamente da contradição amor/ódio característica do relacionamento humano. Enquanto a culpa explorada pelas modernas técnicas de marketing é uma culpa cuidadosamente fabricada por especialistas.

Receita: primeiro, assola-se nosso pobre "homem moderno" (existe isso?) de imagens, padrões e critérios artificiais do que seria ser bem sucedido na vida. E o próprio sucesso já é um padrão; uma regra, uma norma da qual só não tentam se inserir os fracos e os vagabundos... Depois — e os tempos difíceis colaboram com tudo para isso, sem que os publicitários tenham que fazer qualquer esforço — lança-se a semente do medo, da dúvida: e se você não conseguir? e se você falhar? ou até mesmo: e se você morrer? E apela-se finalmente, com tudo, para aquilo que todo o bom pai de família mais preza: os filhos. O que vai ser do seu futuro?

Voltamos à psicanálise, parece que as crianças, dentro do esquema familiar patriarcal dito moderno, são o grande objeto dos sentimentos de culpa dos adultos. Assim, é coerente que a imagem da criança esteja cumprindo com grande sucesso o papel de motivar o adulto a reparar suas culpas pelo canal que lhe é oferecido, o de comprar, aplicar, investir, garantir, segurar...

"Deixou a família quase pobre"

"Seja sincero: sem você, sua família poderia manter o padrão de vida atual?" O anúncio, nas contra-capas de revistas de grande circulação, exibe um garoto sorridente e sadio, loiro de olhos azuis, em um ambiente que deve ser seu quarto de estudos. Em volta dele, todos os símbolos que indiquem o tal padrão de vida da família: um capacete para moto, um enorme conjunto de som (os fones de ouvido dispostos sobre o belo sofá), material de desenho sobre a mesa, um moderno avião em miniatura, até uma enciclopédia na estante. Em suma: o menino está com tudo. Ou pelo menos, com tudo o que se convencionou ser imprescindível para a felicidade e o bem-estar de qualquer criança de classe média — e o pior é que as próprias crianças já estão acreditando nisso.

O slogan joga com a inevitável insegurança do pai: sem ele (...) este padrão de vida cairia (o que está correto, pois afinal a esposa de um cara destes dificilmente está preparada para sustentar a família). E com isso, a APLUB vende seus segredos de vida ou, eufemisticamente, seus "Planos Pensão Reajustáveis".

Outro anúncio da APLUB vai um pouco mais adiante. Dessa vez, a foto — esfumada, o que dá um tom de tristeza e distância ao mesmo tempo — mostra a mãe abraçando um menino e uma menina, novamente loiros (desculpem, não sou eu quem me repito: são eles), olhando desconsolados para a câmara. A frase: "Não espere para saber o quanto você é necessário" sugere a morte do chefe da família, comprovada pelo ar de tristeza e abandono das crianças. A Itaú Seguradora segue pela mesma linha: "Estava ficando quase rico. Deixou a família quase pobre", diz o reclame de página dupla acompanhado pelo mesmo tipo de foto do outro, só que em branco e preto, muito granulada, e na qual o olhar das crianças é ainda mais triste.

Não há dúvida de que este tipo de propaganda está mexendo com coisas muito sérias, e não me refiro apenas ao medo da morte. Outros medos quase paranóicos acompanham o homem de classe média, especialmente da pequena burguesia, que obteve uma espécie de rápida ascensão na época do milagre baseada no consumo de supérfluos (então facilitado), de tudo o que uma família precisa para manter as aparências: um carro ou até mesmo dois — em suas prestações? — eletrodomésticos, televisão a cores. O aumento da gasolina, os alugueis extorsivos, a alta geral do custo de vida que dificulta até mesmo a manutenção de um bom padrão de alimentação para uma família de renda média provocam a insegurança crescente que motiva as pessoas a querer garantir aquilo que possuem por todos os meios: segurando, investindo.

O triplo papel da criança

Nesse jogo, a criança joga um triplo papel. Por um lado ela é o símbolo do futuro, do futuro que precisa ser garantido. "O que seu filho vai ter quando crescer?" dizem os out-doors da Caderneta de Poupança Continental, jogando com velhas convicções do tipo "quero dar ao meu filho as facilidades que eu não tive" ou "eu trabalho agora para que meus filhos possam trabalhar menos", etc.

O menino simpático da foto, deitado de lado numa atitude confiante e desleixada demonstra a despreocupação e a alegria dos que sabem que a vida é boa e vai continuar sendo boa. Ele pode confiar no papai. Um anúncio da Cia. União de Seguros apresenta várias pessoas declarando sua confiança à Companhia, e a última delas é uma menininha que diz: "eu pedi pro meu pai uma Caderneta de Segurança União porque quando crescer quero ser médica de nêne".

A menina responsável, atualizada e sabida (ela "sabe", aos 9 ou 10 anos, da "necessidade" de uma caderneta de seguros) também simboliza a aspiração frequente, a da carreira universitária, da profissão liberal e "libertadora".

Mas se por um lado as crianças na propaganda são transformadas em adultos em miniaturas que sabem o que querem, que giram em torno das mesmas aspirações e dos mesmos brinquedos sem graça de seus pais — na televisão, um anúncio de automóvel tem ao fundo uma vizinha infantil que se declara feliz porque "papai comprou um Maverick" e ainda acaba jogando uma chantagemzinha sutil: "a mamãe também queria um Maverick; o papai gosta da mamãe..." — por outro lado, a criança também sofre um processo de hiper-juvenilização.

Apresentada, agora em associação com outro tipo de produto ou idéias, as crianças simbolizam um tipo de pureza e uma inocência que não tem nada a ver com a infância, que representam apenas as fantasias dos adultos sobre a infância. São dezenas de crianças que colhem flores pelo campo para vender apartamentos "junto ao verde", que conversam com girafas, gansos e vacas sobre a qualidade de bolachas e iogurtes, que tocam flautas pelos bosques ensaiando as notas do hino à bandeira.

Esses verdadeiros monstrinhos da era tecnológica, cujas características são exageradas em função de um apelo comercial cada vez, na verdade existem. Essas crianças com a cabeça cheia de slogans que combinam um estado de alienação permanente — afinal, na prática, elas estão cada vez mais protegidas, mais perto das vitrines do que das calçadas — com uma participação excessiva em assuntos que não tem nada a ver com suas necessidades e, portanto, nunca satisfazem, não serão o molde e a forma dos adultos que se movimentam passiva e compulsivamente, eficientes e bem comportados, que compõem as grandes "maiorias silenciosas" dos países altamente industrializados?

O que é a infância?

No entanto, é necessário tornar bem claro que existe uma grande diferença entre a faixa etária que vai do nascimento aos 13, 14 anos, e infância. Afinal, se a infância se caracteriza por ser um período de maturação e aprendizagem em que o ser humano fica fora do sistema de produção em função de seu desenvolvimento individual, recebendo cuidados e atenções especiais dos adultos, chegamos a, conclusão que nem todas as crianças têm infância.

necessita da imagem infantil tradicional, da criança como símbolo de pureza.

A propaganda e também o cinema, as novelas de tevê, utilizam a outra face da imagem infantil, aquela que vai representar para o adulto a negação de tudo aquilo que ele repudia no estilo de vida que lhe é imposto, o avesso da segurança, da falta de graça e do artificialismo em que se transforma a vida desses adultos — e o mais absurdo é que a vida se transforma nisso e grande parte em função dos valores que esta própria cultura defende e preserva!

E resta ainda o terceiro papel desempenhado pela figura infantil: o de representar mais um elemento do status pessoal para o adulto. Numa sociedade em que ter filhos saudáveis e bem nutridos é um privilégio, crianças loiras e gorduchas são sistematicamente associadas à imagem do casal bem sucedido. No sentido da competição pelo status, a criança também é envolvida de trambolão no mito da eficiência — ela tem que aprender inglês, judô, balé e natação desde cedo. As escolas anunciam métodos e técnicas para um desenvolvimento intelectual mais rápido e prodigioso. Os menininhos e meninas prodígio dos anúncios de televisão sabem o que é um Phantom F-5, ensinam aos pais como utilizar os serviços rápidos da Casa Zacharias de Pneus e conhecem todas as proteínas contidas num pudim artificial.

CARTAS ABERTAS

A mulher nas sociedades primitivas

Um volume enorme de estudos não comprovou a existência,
no passado humano, da sociedade matriarcal

Sendo interessada na análise da situação da mulher, especialmente como trabalhadora, no Brasil, aplaudo **Movimento** por sua atenção a esse problema. O aparecimento de artigos breves (como os publicados em **Movimento** nº 64, 20 de setembro, de 1976) é grato. Como muitas outras pessoas, eu vejo a análise da situação da mulher não tanto como um problema *feminista*, mas como uma forma de investigar os níveis mais sutis de funcionamento de um sistema sócio-econômico que engloba todos nós.

No interesse de avançar nessa tarefa, respondo ao artigo que apareceu no exemplar mencionado acima, com o título de "Mulher, Trabalho e Libertação".

Comecei a leitura do artigo animada com sua aparente intenção de analisar os pontos mais centrais na determinação do papel produtivo da mulher nas sociedades capitalistas e dependentes. A leitura do trabalho, porém me deixou bastante desiludida a este respeito. Quando o autor parte para uma análise histórica das esferas públicas e privadas, o trabalho sofre de uma série de erros de fato e de interpretação, os quais nos desviam de um verdadeiro entendimento das "raízes históricas" da situação atual.

O autor não cita nenhuma fonte de informação, além de um missionário americano que trabalhava com os iroqueses-senecas. Mas é patente que o artigo se baseia na análise feita no livro "A Origem da Família, da Propriedade, e do Estado." Como muitos apreciadores desta obra, o autor falha por não conhecer o seu contexto, os erros de informação que, hoje, em dia, reconhecemos nela, independentemente da importância teórica que nela permanece. Para poder aplicar a análise que o livro propõe, de uma maneira eficaz e apropriada, precisamos de uma perspectiva histórica não só sobre a sociedade humana, mas também sobre as idéias que utilizamos para entender a realidade. A discussão a seguir aproveitará vários estudos re-interpretativos da obra de Engels, a luz de informações antropológicas mais atualizadas. (1). Não pretendo, aqui, fazer uma análise completa do conteúdo da teoria, mas abordar alguns dos aspectos mais centrais e relacionados com a posição da mulher.

A fonte principal para "A Origem..." foi a obra de um antropólogo, Lewis Henry Morgan que, segundo escreveu Engels em 1884, "de sua maneira... descobriu de novo na América o conceito materialista da história, descoberto há 40 anos". Utilizando notas de um falecido amigo, Engels construiu em cima da obra de Morgan uma teoria mais desenvolvida e elaborada. Com isso ficou sujeito a mesma falta de informações que limitou o livro de Morgan, cuja experiência própria foi principalmente com a tribo iroquesa na América do Norte. Na formulação da sua teoria mais abrangente sobre a história humana, o autor do livro utilizou esta experiência como base de generalizações para as sociedades com economias de caça e coleta. Isso não corresponde a realidade, dando o conhecimento que temos hoje da variedade que existe entre as sociedades pré-capitalistas; sabemos, também, que o grupo iroqueses é excepcional em alguns aspectos que Morgan achava comuns em sociedades mais simples.

Em especial, com relação a posição da mulher, os iroqueses não são representativos, tendo a mulher poderes em todas as esferas sociais, econômicas e religiosas, em combinação com um sistema de parentesco em que a relação social, o nome, e a herança familiar foram transmitidos pelo lado feminino. Diante de tais observações, Morgan, em 1877, se lançou para o lado dos proponentes da "teoria do matriarcado", originada por Bachofen no seu *Das Mutterrecht* em 1861 (2). A teoria do matriarcado presuppõe, numa fase anterior à atual na história humana, uma etapa caracterizada por regime feminino, associada a um sistema produtivo baseado em caça e coleta, e um sistema religioso em que a mulher — como mãe era a divindade central. Um volume enorme de estudos posteriores sobre sociedades nesse nível de desenvolvimento, porém, não comprovou a existência, no passado humano, da sociedade verdadeiramente matriarcal. De fato, a sociedade que mais se aproxima do modelo de matriarcado é a dos iroqueses, mas nem nesse nem em nenhum outro grupo humano conhecido, as mulheres ocupam cargos de liderança direta da comunidade. Distinguem-se, então, as sociedades *matrilineais*, nas quais a descendência (o nome e a herança) é reconhecida através da mulher, das sociedades *matriarais*, nas quais seria a mulher que mandaria e controlaria os recursos estratégicos da comunidade. Hoje, a maioria dos antropólogos concorda que nunca existiu matriarcado, ainda que alguns escritores feministas apresentem argumentos ao contrário (3). Além disso, nas sociedades matrilineais é comumente o irmão da mãe, e não a mãe, que domina o domicílio e o grupo de parentesco.

A crença do matriarcado, presente nas obras citadas, aparece ainda no artigo aqui examinado. Tomando como exemplo o grupo iroqueses-seneca, o autor mantém que em sociedades nesse nível de desenvolvimento, "uma família compreendia numerosos homens e mulheres com seus filhos e cuja direção estava confiada às mulheres". De fato, a composição da família é um aspecto extremamente variável nas sociedades humanas e são poucas as dominadas pela mulher. O artigo ainda caracteriza o estágio de desenvolvimento representado pelos iroqueses como um "estágio por onde passaram, ao que parece da mesma forma, em diferentes épocas e com diferenças *não essenciais apenas*, povos muito diferentes" (grifos meus). Essa simplificação de uma realidade muito complexa obscurece muitas questões que ainda restam sobre a evolução humana. E como já vimos, a organização da tribo iroquesa não é nada representativa.

A contribuição teórica de Morgan no seu *Sociedades Primitivas*, foi de sugerir um modelo da evolução humana composto de várias etapas sucessivas, correlacionadas com o desenvolvimento das artes de subsistência. Essas etapas se relacionariam, em torno, com seqüências paralelas nas instituições sociais e políticas (mas Morgan não



elaborou muito esta última relação). Como explicação do mecanismo para a passagem de uma etapa para outra, ele se baseou no conceito de *adaptação*, introduzido por Darwin para explicar a evolução biológica; depois de conversar com Darwin, Morgan adaptou a idéia da "luta pela sobrevivência" para dar a explicação da evolução sócio-econômica. Ele distinguiu três etapas maiores: selvageria, barbarismo e civilização.

"A Origem..." adotou essas três etapas e clarificou a distinção entre elas, apresentando-as da seguinte maneira (4): "Selvagerie — o período no qual a apropriação pelo homem dos produtos no seu estado natural predomina...; Barbarismo — o período durante o qual o homem aprende a criar animais domésticos e a praticar a agricultura, e adquire métodos de aumentar a oferta de produtos naturais por atividade humana; Civilização — o período no qual o homem aprende uma aplicação mais avançada do trabalho aos produtos naturais, o período de indústria propriamente dita e de arte". A distinção entre a *coleta* e a *produção* de alimentos ainda é reconhecida como básica, tal como a distinção entre sociedades agrárias e industriais.

Baseado em formulações anteriores, Engels elaborou a relação dessa evolução material com mudanças na estrutura social e política. Seguindo o exemplo de Morgan, ele descreveu a etapa de "comunismo primitivo", correspondendo a selvagerie todos os recursos, incluindo a terra, pertenciam a comunidade e a produção era toda para uso, sem excedente para troca. Nessa situação, o trabalho doméstico exercido pela mulher foi tão *público* e *social* quanto o trabalho produtivo dos homens. Ele acreditava que a responsabilidade da coleta ficava para os homens, agora sabemos que a maioria dos alimentos vegetais em tais sociedades era colhida pelas mulheres.

No *barbarismo*, temos o começo do conceito de propriedade particular, resultando do desenvolvimento das artes humanas que permitiam a produção, de um excedente para ser distribuído ou trocado. Para ele, a domesticação de animais antecedeu ao cultivo do solo; agora sabemos que as duas atividades se desenvolveram conjuntamente. Esse erro também se repete no artigo de **Movimento**, quando diz que a "primeira grande divisão social do trabalho... surge com a domesticação de animais". Ainda mais problemático, porém, é a declaração de que "providenciar os alimentos tenha sido sempre uma tarefa do homem"; isso desconta a enorme importância da mulher na coleta de alimentos. Dado a suposição de que o trabalho produtivo de colher e produzir alimentos cabia ao homem, na medida que a produtividade foi aumentando, o controle dos recursos produtivos caía naturalmente nas mãos do homem. Agora que sabemos do papel importante da mulher inclusive no cultivo, essa tomada de poder pelo lado masculino tem que ser investigada com cuidado, como um problema muito mais complicado.

De qualquer forma, não há dúvida de que a introdução da propriedade particular na sociedade modificou sua estrutura totalmente. Uma vez criada a possibilidade de produção de excedente, a produção destinada a *troca* se expandiu, deixando a produção para o uso em plano secundário. Como o próprio rio passou a ser *um homem* em vez de ser *um grupo* de parentes, a família nuclear foi fortalecida à custa do domicílio comunal. Com isso a significância do trabalho feminino no lar mudou; antes concebido como um trabalho social como qualquer outro, agora aparece como um serviço particular para o marido e a família nuclear. Essa mistificação do trabalho doméstico é um dos pontos-chaves na situação da mulher e é um elemento, como vimos aqui, que antecede à industrialização e ao capitalismo.

Com a formação da família nuclear como unidade econômica básica, a propriedade acumulada durante a vida foi passada para os filhos através da herança; com esse mecanismo criou-se a perpetuação de distinções de renda dentro da sociedade. Foi esse, em breve, o processo que culminou no surgimento de classes sociais.

"A Origem..." tentou também ligar essas etapas de "artes de subsistência" a padrões de casamento. O casamento na selvagerie, segundo ele, e baseado em Morgan, foi por grupo. De fato, o casamento "em massa" não é uma forma conhecida de matrimônio, mesmo em sociedades simples; o que existe é um tipo de monogamia muito menos rígido, com poucas exigências de fidelidade e poucos impedimentos ao divórcio. O exemplo mais claro deste tipo é, de novo, o grupo iroqueses. Há, porém, uma variedade enorme de práticas sócio-sexuais que desafiam classificação.

O que é importante nisso tudo é a relação entre a propriedade particular, o casamento monogâmico, a herança e o desenvolvimento de classes sociais. Dado que a propriedade particular está nas mãos do homem, ele se interessa em passar sua riqueza para o filho, assim mantendo a situação social da família e, ao mesmo tempo, perpetuando sua classe social. Para conseguir isso, ele precisa de uma mulher que seja sua legítima esposa para dar nome ao filho e, portanto, direito a herança. Ele precisa também controlar as atividades sexuais e procriativas da esposa, para que os filhos eventuais sejam dele e não de outro. Neste conjunto, vemos a base da subordinação da mulher na família patriarcal e a perpetuação da situação de classe.

Em termos dos determinantes da posição da mulher, a grande contribuição de "A Origem..." foi mostrar como a subordinação da mulher acompanhou a divisão da sociedade em classes sociais. Essa relação, porém, não é tão simples como ele a apresentou e nem como foi apresentada no artigo publicado em **Movimento**. Primeiro, a situação da mulher nas sociedades de coleta e caça não é, em geral, tão favorável. Sabemos que nas sociedades matrilineais (que são relativamente poucas), o poder

continua na página 19

1. Eleanor Burke Leacock, "Introduction" to Frederick Engels, *The Origin of the Family, Private Property, and the State* (New York: International Publishers, 1972); Karen Sacks, "Engels revisited: women, the organization of production, and private property", em Rayna A. Reiter (ed.), *Toward an Anthropology of Women* (New York: Monthly Review Press, 1975).

2. Ver Joan Bamberger, "The myth of matriarchy: why do men rule in primitive society?", em Michelle Z. Rosaldo e Louise Lamphere (eds.), *Woman, Culture and Society* (Stanford: Stanford University Press, 1974).

3. Edwin Ardener, "Belief and the problem of women" in J. S. La Fontaine (ed.), *The Interpretation of Ritual: Essays in Honor of A. I. Richards* (London: Tavistock, 1972); Evelyn Reed, *Woman's Evolution* (New York: Pathfinder Press, Inc., 1974).

4. Frederick Engels, *The Origin of the Family, Private Property and the State* (New York: International Publishers, 1973, p. 93).

NÓS
MULHERES:
DONAS
DE CASA



Se fizéssemos uma gigantesca exposição, em que mostrássemos todo o trabalho invisível da dona de casa - comida, roupa lavada, fraldas, tricô, crochê e tudo o mais - em quanto seria estimado esse trabalho? Quanto vale o trabalho desvalorizado e desprestigiado da dona de casa, e quem se beneficia dele?

A RAINHA DO LAR NÃO TEM CETRO NEM COROA...



«Eu me sentia em desespero, falava: «Meu Deus, será que a vida é só isso?». Eu não estava mais na fábrica — só em casa, cuidava dos meus filhos, tudo; depois, aos domingos, ia a casa da minha mãe, né, ou então um cineminha de vez em quando. Falava: «Mas é só isso? A vida é isso?»»

Sônia, 32 anos, 3 filhos

Quando a gente fica fechada, pensa que o problema é só da gente. Mas no momento em que passa a conversar mais com outras donas de casa, a gente vê que o problema é geral. E geral na classe média, é geral na classe baixa, é geral. Ai fica mais tranquila: a gente vê que o problema é geral mesmo, é uma epidemia».

Inês, 50 anos, 3 filhos

Que estranha angústia, que desconhecida epidemia é essa que atinge sorrateiramente as donas de casa e da qual não se fala? Afinal, o que se passa com a dona de casa; não é ela a rainha do lar, feliz em seu reinado, cercada de eletrodomésticos e do amor filial, mimada por seu marido, que se mata de trabalho para lhe fazer as vontades? O que se passa com ela?

Fomos conversar com algumas delas — em Mauá, em São Caetano, em Osasco, em São Paulo. E a imagem que nos deram da vida de dona de casa (da que também trabalha fora, e da que só trabalha em casa) tem muito pouco a ver com a imagem da rainha do lar. Do questionamento da «obrigação natural» da mulher fazer as tarefas caseiras, à discussão dos caminhos para mudar esse estado de coisas, discutimos em vários aspectos o problema da dona de casa.

A convergência se deu entre Maria, 28 anos, 2 filhos, que trabalha numa escolinha; Cida, 30 anos, três filhos, atualmente apenas dona de casa; Célia, 27 anos, dona de casa; Helena, 27 anos, dois filhos, professora primária; Laura, 25 anos, dois filhos, estudante; Sônia, 32 anos, 3 filhos, dona de casa; Inês, 50 anos, três filhos, dona de casa.

UM TRABALHO QUE NUNCA ACABA

«M. - Os trabalhos domésticos têm que ser feitos, alguém tem que fazer. E todo mundo acha que quem tem que fazer é a mulher, a dona de casa. Isso ocupa muitas horas por dia...

«C. - Horas? O dia inteiro... Dona de casa, de manhã se levanta e vai até de noite, e se você bobear, passa a noite inteira fazendo. Nunca acaba, é um serviço interminável. E a roupa, é a casa, é os filhos, se não é o filho e outras coisas, mas sempre tem. Nunca acaba. Você trabalha numa firma «acabou, dei minha produção hoje» e vai embora. Em casa, não». Com exceção das mulheres que têm empregada doméstica para realizar esse trabalho por elas, para a maioria das mulheres existe uma quantidade irreduzível de trabalho a ser feito.

Cálculos realizados na França, na década de 60, mostram que a dona de casa com 2 ou mais filhos trabalha, em média, 78 horas por semana, quando fica só em casa; e 84 horas por semana, quando também trabalha fora! Mais tarde, nos Estados Unidos fez-se uma estimativa do número de horas de trabalho semanal da trabalhadora americana: nada menos de 100! O que dá mais de 14 horas por dia, sem parar para descansar nem no sábado, nem no domingo; ou 20 horas por dia, se ela parasse no fim de semana!

E depois dizem que «prendas domésticas» não é trabalho, ou ainda que a jornada de trabalho atual é de 8 horas...

PORQUE TRABALHA TANTO A DONA DE CASA?

«C. - E que envolve. O problema é que quando você trabalha fora, você

chega em casa e faz o essencial. Mas quando fica dentro de casa, você limpa a cozinha, chega alguém e come, suja um pouquinho, você vai lá e limpa outra vez. Você quer deixar tudo limpo, em ordem, e fica o dia inteiro no suja ali, limpa aqui...»

Betty Friedan, em seu livro *A Mistica Feminina*, descreve essa mesma situação, chamando-a de «complexo de Parkinson», que é a capacidade que se tem de esticar o trabalho de modo a que ele preencha as horas do dia. Se dispomos de pouco tempo, esprememos o trabalho dentro delas; se temos um dia inteiro, esticamos o trabalho, inventando mais. Só que com efeitos indesejáveis tanto para as mulheres, como para a família.

Ce. - «Você fica uma neurótica. Desconta no marido, desconta na mãe...»

Da mesma forma que o trabalhador, chegando em casa depois de um dia de trabalho, tenso, ansioso, insatisfeito, necessita descarregar a tensão para poder aguentar o dia seguinte - e descarrega em geral sobre a mulher - também a dona de casa precisa aliviar a tensão. E acaba descarregando na parte mais fraca - em geral os filhos.

Porque então manter esse padrão de «dona de casa modelo»?

«C. - Em casa, você não tem horário. Então todo mundo acha que você tem obrigação de manter tudo em ordem. Se chora um filho às dez da noite, ou às cinco da manhã, então «ele» acha que você é obrigada, já que «ficou em casa», a dar as coisas prontas para ele.

M. - Outra coisa: ela, porque trabalha fora, então se valoriza tanto pelo trabalho de casa, como pelo trabalho fora. Então quem rodeia ela não exige que as panelas dela estejam brilhando. Mas se ela não trabalha fora, acaba se valorizando só pelo trabalho doméstico. Tem que ser a melhor mãe, a melhor dona de casa».

Só que, em geral, o trabalho doméstico é percebido quando não é feito. Nota-se facilmente a desordem; a sujeira acumulada, a dona de casa «relaxada». Mas o brilho especial de um assa-lho encerado só é comentado nos anúncios de televisão, para vender um produto qualquer.

UM BOM DISFARCE DO DESEMPREGO

Dona Inês, 50 anos, 3 filhas diz: «mas eu não sou bem realizada porque dentro de casa realmente a gente não tem aquele valor. Eu faço as coisas porque eu gosto, porque é opção minha ser dona de casa, esposa, mãe, embora não tenha valor, agora que minhas filhas são grandes elas não dão o valor pra gente. Então eu procuro me valorizar, procuro ter uma abertura maior, mas falta muito pra realização da gente, né?»

Dna. Inês não precisa ficar em casa agora que suas filhas cresceram. Mas ouve todo mundo dizer que lugar de mulher é em casa, cuidando do marido e dos filhos. Certamente, se houvesse emprego para ela, não se diria mais isso; mas como não há, a situação de dona de casa «como manda o figurino» disfarça bem o seu desemprego.

Entretanto, ela realmente trabalha, em casa. Mas, numa sociedade onde o dinheiro determina o valor das coisas, o trabalho doméstico, que não vale dinheiro, nem é considerado trabalho. Porque então fazê-lo?

...MAS UM TRABALHO NECESSÁRIO

«C. - Você está trabalhando indiretamente para a sociedade... Em casa, você dá almoço, comida, lava a roupa do marido, então ele tem mais energia pra trabalhar no dia seguinte, pra render mais. Certo? Quer dizer que você não está fazendo isso para o seu marido. Você tá fazendo para a firma onde ele trabalha. Para dar mais hora extra, puxar mais na produção, ganhar prê-

mio por produção. Certo? E o pessoal não dá valor pra dona de casa, acha que ela não vale nada:

«L. - E, você trabalha para a sociedade, porque esses serviços não são fornecidos pelo Estado, ou pela Empresa. Agora, você está prestando esses serviços como se fosse pro seu marido, porque é uma pessoa de quem você gosta. Todo dia, tem que se repor as energias gastas no trabalho. E para isso não basta chegar em casa. Ela tem que estar arrumada, a comida feita, o lugar tranquilo, e os filhos cuidados, já aprendendo as coisas necessárias para serem bons trabalhadores amanhã. Tudo isso é um trabalho que interessa à sociedade, e que a dona de casa faz, como se fosse só por amor...

SEXO: PRAZER OU OBRIGAÇÃO?

«C. - Obrigação, é que a mulher é obrigada a lavar, passar, fazer comida e ainda quando o marido vem, a dormir com o marido.

M. - Você acha que isso faz parte da obrigação da dona de casa?

C. - Realmente, faz parte da obrigação. Porque casou, a mulher tem que aceitar o marido, né? Tá cansada ou não, tem que dormir com ele.

M. - Mas aí não tem que entrar nas obrigações, eu acho que é um assunto muito sério. Eu acho que é diferente, não é como o trabalho doméstico, entende, é outra coisa...

C. - E, agora, do jeito que a gente foi educada e tudo, você tem que satisfazer o seu marido, e não o teu marido te satisfazer.

H. - Não, eu acho que não é obrigação. Pelo menos para mim não é. Se a gente quer, muito que bem, se não quer...

Ce. - Mas para a maioria é uma espécie de obrigação. Casou, tem que assumir o marido.

M. - Eu acho um absurdo colocar assim. Eu sei que a maioria acaba sendo como disse a minha vizinha:

«Olha, todo dia o meu marido quer ter relação, eu tenho, mesmo que eu não queira, eu tenho que querer» - ela então acha que é uma função dela. Agora pra mim, pessoalmente, não tem nada que ver com isso.

As contradições, os problemas «da maioria», seja de quem for, a questão merece cuidado. Quais seriam as razões para essa situação? Arriscamos:

1. O marido chega do serviço cansado, irritado, e o sexo para ele é um relaxamento, um dos poucos prazeres possíveis. E ele aprendeu desde pequeno que esta é uma das vantagens quando ele casa: terá uma mulher amante e sempre disposta a esperá-lo em casa...

2. A mulher, por outro lado, aprendeu que tem que satisfazer o marido. Antes do casamento o sexo era pecado para ela. Depois do casamento, o relacionamento sexual é rápido, utilitário, visando o prazer dele. Isto explica porque um número tão grande de mulheres não encontra satisfação no ato sexual.

Esta questão pouco discutida - pudor, vergonha - acaba sendo «jogada na cara do outro» em situações extremas. E as mulheres sempre pensam que se trata de um problema individual delas, e não coletivo.

... E MULTIPLICAÍ-VOS ...

C. - Casamento é para legalizar viver com um homem. Você vai ter os filhos legal, e educar eles para a sociedade.

H. - Hoje em dia não se sabe mais educar os filhos. Eu acho que é importante levantar o problema das creches e a questão da educação. A mulher é vista como única responsável pela educação dos filhos.

C. - Também é muito mais fácil o marido trabalhar na fábrica, voltar para casa, pegar o jornal, ler, ou então ir tomar umas pingas, do que ficar com os filhos choraningando dentro de casa.

H. - Mesmo porque na escola não tem reunião dos pais, tem reunião das mães.

C. - Os homens nunca vão; devia ir pai e mãe. As mães deviam exigir que o dia da reunião da escola fosse de domingo, pros pais poderem ir.

M. - Uma vez fiz isso: botei a reunião pro domingo pro pai também ir. Depois conversei com as mães; sabe o que o pai fazia? Chegava em casa e falava assim «olha, mulher, a professora falou isso, isso e aquilo do meu filho. Cê trata de dar em cima dele, você resolve...»

Parece que não basta mudar os horários: é preciso mudar a mentalidade. Sem isso, tudo se passará como se ter ou não filhos fosse uma opção que a mulher tivesse sozinha - você quis tê-los, agora você que cuide deles. E os primeiros anos de infância são, segundo os psicólogos, os mais importantes para a formação da personalidade da criança. Criança que será o cidadão e o trabalhador de amanhã, cuja existência, saúde e formação deveriam portanto ser uma preocupação da sociedade como um todo, e não apenas da mãe.

E QUAIS SERIAM AS SOLUÇÕES?

Em Cuba, há algum tempo já existe uma lei que obriga os homens a dividirem com a mulher o trabalho da casa. Em outros países, outras soluções estão sendo encaminhadas.

Em 1972, na Irlanda, os mineiros entraram em greve, e pediram o apoio das mulheres. Elas pensaram e disseram: «Nós sabemos muito bem qual é o nosso lado - é o lado dos mineiros. Mas dessa vez, não daremos nosso apoio apenas engrossando o seu número. Daremos o nosso apoio levantando, ao lado deles, as nossas reivindicações». E saíram às ruas, em passeata, reivindicando salário para a dona de casa.

Esta solução está sendo discutida ultimamente em vários países e alguns grupos feministas se propõem a encaminhá-la (veja a discussão que um grupo de donas de casa brasileiras tiveram a respeito, na página 15)

Mas, na longínqua Albânia, as mulheres decidiram começar devagar. Começaram dividindo com seus maridos as tarefas que elas achavam mais parecidas com o trabalho que eles normalmente fazem. Ou seja, já que eles estão acostumados a tarefas com horário marcado, elas inicialmente passaram a eles a incumbência de levar e trazer as crianças das creches e escolas. Depois, em passos suaves, foram passando outras tarefas. Quando chegaram na cozinha, os homens se deram conta que imaginar todo dia «o que vou fazer para o almoço e para o jantar hoje?» era muito cansativo e neurotizante. E reclamaram. Pouco tempo depois começaram a surgir restaurantes populares em todas as esquinas. Quem não comia na fábrica, passava no restaurante, comprava o seu prato a preço de custo, e ia esquentá-lo em casa.

E nesse sei tido que se está imaginando a solução ideal. De um modo geral, em todos os países as feministas pretendem que o trabalho doméstico seja socializado, ou seja, que existam creches para todos, lavanderias coletivas, restaurantes populares, serviço coletivo de limpeza das casas, etc. E que esses serviços não sejam organizados visando a dar lucros para algumas firmas particulares ou estatais, mas, sim, de maneira a apenas servir aos interesses da coletividade.

E você, o que acha disso?

1 - Galbraith - economista norte-americano - Prêmio Nobel

Comissão feminina do MDB homenageia Berta Lutz

A Juventude do MDB e a Comissão Feminina Provisória do MDB, farão realizar amanhã, às 20 horas, na Câmara Municipal (Vladuto Jacaré, 100 — 6.º andar), uma homenagem a Berta Lutz. A reunião será aberta pela representante do Centro de Desenvolvimento da Mulher — setor Rio de Janeiro, Branca Moreira Alves, que fará uma história do Movimento Feminino no Brasil, situando a participação de Berta Lutz. Logo após, será formada mesa redonda com estudiosos do problema da mulher para a realização de um debate.

Nessa reunião será apresentado aos candidatos do MDB à Câmara Municipal, o Programa de Reivindicações da Mulher Paulista. A Comissão Feminina e a Juventude convocam todos os candidatos a vereador pelo MDB de São Paulo para que compareçam, pois será proposto a eles que assinem um termo-de-compromisso de que, caso eleitos em 15 de novembro de 1976, serão os defensores aos problemas do município, dentro do campo de atuação dos vereadores.

50%

As mulheres constituem 50% da população de São Paulo e têm a cada dia entrada mais no mercado de trabalho para poder complementar, com seus salários, o do marido e assim prover as necessidades básicas da família. Por parte das empresas, há também interesse na participação das mulheres na produção pois "a existência de um excedente de força de trabalho em relação às necessidades do sistema produtivo permite que os empregadores estabeleçam outros critérios de preferência por certas categorias de trabalhadores. A preferência por homens ou mulheres, jovens ou velhos, migrantes ou não migrantes, brancos ou negros, pode



Berta Lutz, exemplo sempre bem lembrado

resultar tanto de motivações econômicas como de preconceitos sociais.

CRECHES

Ao mesmo tempo em que há esse interesse por parte das empresas e a necessidade do emprego por parte das mulheres, o poder público não tem criado a infraestrutura necessária para que haja essa absorção da mão-de-obra feminina sem maiores transtornos na vida das mulheres quanto à educação dos filhos. Cabe ao poder público fiscalizar o cumprimento das obrigatoriedades que tem as empresas dos direitos dos trabalhadores e a verificação da eficiência dessas obrigatoriedades. O exemplo típico, é o caso das creches, toda empresa com mais de 30 empregados mulheres com mais de 16 anos, devem ter uma, ou convênio com uma creche independente da empresa. Quando isso chega a ser cumprido, as creches, na maioria das vezes, são de péssima qualidade, sem pessoal capacitado para cuidar da educação e alimentação das crianças. Também cabe ao poder público a criação de mais creches, parques infantis, escolas pré-primário gratuitas nos bairros pobres da periferia, etc.

Os problemas das mulheres não se limitam a esses, mas a libertação feminina depende também de

sua solução pois, além do trabalho fora de casa, cabe ainda à mulher, a educação dos filhos e a organização da casa em geral, não lhe sobrando tempo para diversão, estudos e participação.

Não se transforma a vida de uma sociedade, sem a transformação de sua base. A família é uma das instituições que caracteriza a sociedade e o papel da mulher na família e na sociedade é o reflexo bem nítido dessa sociedade. Por isso, a luta dos Movimentos e Grupos Femininos do Brasil, atualmente, não é uma luta de mulheres contra homens, mas uma luta contra um sistema de má distribuição da renda.

A Comissão Feminina Provisória do MDB e a Juventude do MDB têm buscado o apoio e informações nos grupos, entidades e pessoas que lutam em prol da libertação feminina e que estudam e pesquisam a situação da mulher na sociedade. Esses grupos, entidades e pessoas forneceram subsídios para um trabalho. Até o momento as Comissões têm contado com a colaboração do Jornal "Nós, Mulheres", Movimento Feminino pela Anistia, Centro de Desenvolvimento da Mulher — Setor São Paulo, equipes de pesquisas e estudos sobre a mulher na sociedade da Fundação Carlos Chagas.

A CPI da mulher

Em março do ano que vem os problemas da mulher no Brasil serão investigados por uma Comissão Parlamentar de Inquérito

"Não tem intenção eleitoreira", preveniu o senador Nelson Carneiro (MDB-RJ), referindo-se à Comissão Parlamentar de Inquérito que ele está formando para investigar a situação da mulher no Brasil. Como já conseguiu um terço de assinaturas do Senado (mínimo exigido para se formar uma CPI), Nelson Carneiro está colhendo agora assinaturas dos deputados. Será a primeira CPI composta por senadores e deputados, quando a regra geral de uma CPI é ser ou só da Câmara ou só do Senado. É que o senador acha necessário haver a participação das duas Casas do Congresso, devido à importância do tema da CPI, que deve ser instalada em março do ano que vem.

"Esta CPI é uma provocação, para que surjam sugestões em torno dos problemas. Vamos investigar a situação da mulher em todos os setores: legislativo, trabalhista, educacional, etc. Vamos ouvir a dona de casa, a operária, não é só a doutora, não. Vamos pedir a colaboração dos institutos de pesquisa para nos trazerem dados sobre a situação da mulher nos diversos Estados do país", explica o senador, que não tem ainda definidos os aspectos específicos que poderão ser abordados na CPI. Sem dúvida, um dos assuntos é o divórcio, causa que o senador inclui como obrigatória, para a libertação da mulher, e que tem defendido com unhas e dentes, ao longo

de vários anos, sem êxito.

Porém, o campo de investigação dessa CPI é tão vasto que implica estudar o funcionamento da própria estrutura da sociedade. Sabe-se que nos países capitalistas, onde a divisão de trabalho obedece a esquemas rígidos, a mulher, onde quer que atue, está relegada a um papel sempre inferior ao do homem, com pouca participação no processo produtivo e sem poder de decisão sobre problemas que lhe afetam diretamente. Um desses problemas é a dupla jornada de trabalho, dentro do lar e fora dele. O trabalho considerado produtivo é exercido fora do lar, na fábrica, no escritório, na agricultura, enquanto o trabalho do lar (lavar roupa, passar, cozinhar, cuidar das crianças, etc.) é considerado tarefa normal (e exclusivamente feminina, segundo os padrões patriarcais) e que, por isso mesmo, não é remunerado.

Mas este é apenas um lado da questão, porque a luta pelos direitos da mulher está dentro do contexto das lutas de libertação dos povos oprimidos. Poderá a CPI que vai se instalar no Congresso Nacional contribuir para essa luta? Muitos parlamentares dizem que sim, pois as comissões parlamentares são um dos instrumentos de ação do Legislativo, embora seja senso comum que raramente as conclusões das CPIs são aceitas pelos que decidem. (Tércio Santos)

CULTURA

O CANTO DO CONTINENTE



Depoimento de Mercedes Sosa, cantora popular argentina, exclusivo a Movimento
Gilberto Galvão

“ Eu penso que o cantor desempenhou um papel muito importante na América Latina, até o momento. Todos nós sabemos da morte de Victor Jara, das ameaças a Noel Guarani, a Nacha Guevara e a mim mesma. Mas eu acho que o cantor tem que seguir seu trabalho, seguir cantando. Tem que apresentar em suas canções os problemas: eles existem e estão, cada vez piores. Penso que, se em um momento só cantávamos esses problemas, as canções agora têm que ser um alarido. E sobretudo nesta parte da América, especialmente muito golpeada. Mas por outro lado as coisas mudam; estão mais para uma mudança do que às vezes nós pensamos. As coisas estão duras, mas isto também, nos vai ensinar que nós temos que unir-nos, as pessoas bem pensantes; as pessoas que querem ao povo, as pessoas que crêem realmente na justiça, que crêem na verdade. Penso que isto vai ajudar-nos a nos querermos mais, a proteger-nos muito mais.

Nesse processo nós, cantores, podemos ser simpatizantes de uma idéia, acompanhar o que acontece; penso que nós poderemos emprestar nossa voz, emprestar nossa lealdade, nosso pensamento a esta luta. Mas por outro lado tampouco podemos nos considerar líderes políticos. As canções compõem um trabalho político nosso, mas não como líderes. É claro que o público nos atribui isso muitas vezes, mas o cantor tem que ser muito mais humilde. Colocar sua garganta, seu coração, sua inteligência a serviço de uma idéia, mas também saber ser humilde e compreender que o seu trabalho é o de simples participante de um processo, como o próprio público o é, nada mais que isso. Mas o que não se pode é ser apolítico, porque é uma mentira que uma pessoa seja apolítica vivendo neste mundo, demasiado convulsionado para que não se tome partido. Que a pessoa diga que não pode mais solucionar nada e se dê por vencido: já é uma tomada de posição. Mas daí a negar a realidade é uma coisa que não se pode fazer. A mim podem ameaçar quanto quiserem, mas a realidade não vou negar. Até o último momento da minha vida eu vou apresentar essa realidade nas minhas canções: a realidade existe; não há que negá-la, há que mudá-la com todas as forças. A canção não transformou por si só; é um veículo que acompanha as transformações. Nós, os cantores, não vamos mudar nada sozinhos, mas penso que pelo menos em alguma coisa vamos incomodar bastante.

Nó que toca ao meu país, foi muito difícil cantar essas canções, porque nós não estávamos suficientemente unidos, não conhecíamos bem o nosso povo, não sabíamos como chegar até ele. Estávamos tão desunidos que pensamos que tínhamos tudo nas mãos e começamos a dividir-nos ainda mais, antes do tempo. Mas percebemos, com a nossa experiência, um povo inquieto. Percebemos um público que já não quer mais só as coisas de entretenimento. É importante, isso, porque todos os povos do mundo necessitam inquietar-se. Meu país, por exemplo, tem seguido uma trajetória assim. E, afortunadamente, os poetas da Argentina têm tido muita participação nesse processo, nesse movimento. E podem ser acompanhantes dos processos que vieram, dos que fracassaram, dos que virão ainda. Se bem que para mim nenhum processo fracassa, nenhum povo fracassa.



“Temos que chegar ao homem que não compra discos”

Em todo esse comprometimento a relação entre o cantor e as gravadoras é muito complicado, muito conflitante. Uma gravadora pode, num momento, cortar a saída dos seus discos. É uma dependência muito dura, é uma dependência que têm os escritores em relação às editoras; os artistas plásticos, que têm que vender seus quadros para pessoas de idéias muito diferentes. Nossas canções chegam a milhões de pessoas, a todas as partes do mundo, mas temos que depender de uma gravadora, é impossível não depender. Porque senão não te difundem os discos. Mas é como diz a canção de Tejada Gomez, quem não muda tudo não muda nada.

E temos que manejar-nos com as coisas que a conjuntura oferece. Sendo um artista que canta essas canções, é muito difícil a difusão, principalmente em países onde existe censura, como a Espanha, por exemplo.

Minhas canções, agora, não são tão fortes como antes. Posso dizer que a situação geral tem contribuído para isso. É como o ditado gaúcho: "Vamos desencilhar até que amaine o temporal". Eu não componho, então tenho que escolher minhas canções entre o que existe. E com a censura os poetas passam a proteger-se, começa a autocensura, o abuso da metáfora. Ao escolher uma canção, o ideal é que a linguagem seja direta e de conteúdo, mas hoje nem sempre pode ser assim. Então sempre vem uma angústia na hora de escolher o repertório: fico sempre entre aquilo que é direto e pode dizer muito pouco, e a metáfora que não chega a quase ninguém. É assim que muitos intelectuais dizem "esse poeta, esse cantor perdeu sua combatividade", mas há muitas razões para isso; não se pode exigir demais de um artista: mais que muita gente, ele está exposto a sérios problemas. Assim, eu creio que a combatividade de um artista não se reflete só nas letras de suas canções, mas acima de tudo nas posições que ele toma diante da vida, no grau de honradez do seu trabalho. Ele recebe muito do seu povo; então o que ele dá em troca? Um homem que eu admiro, que tem essa honradez no trabalho, e que apesar dos problemas que enfrenta, em cada canção continua a pensar muito no seu povo é Chico Buarque de Hollanda.

Eu não canto canções de protesto. Isso foi coisa que apareceu nos Estados Unidos durante a guerra do Vietnã e acabou junto com ela. Nós, já estamos do outro lado desta guerra. As canções americanas acabaram porque o problema deles terminou, mas o nosso continua; mal está começando. Nossas canções se destinam a um público maior do que o de protesto, e para isso precisamos do apoio da imprensa, dos que tocam discos nas rádios, porque, senão, como chegar ao povo? Nós temos que apoiar-nos no grande público. Claro que você pode atingir um grupo de intelectuais, mas então não se cumprem os objetivos que queremos ter. Nós não podemos cantar para um público pequeno, porque não há necessidade, esse público já está politizado, já sabe dos problemas. Nós temos que chegar ao homem para quem é difícil comprar um disco, entrar numa livraria e comprar um livro. A esse homem, a essa mulher, a essa criança terão que chegar nossas palavras. Mas os movimentos para isso surgem, e terão que surgir em cada povo, em cada país, com o artista de cada lugar, para que o povo se sinta identificado com as canções, com a maneira de ver que elas trazem. E daí alastrar-se por toda a América Latina, por exemplo. Eu sou uma cantora da Argentina e que vou muito cantar por toda a América. É pena que o Brasil esteja um tanto afastado do resto do continente, nesse sentido, nessa proposta. Afastado dos músicos e poetas da nossa América. Não há muito intercâmbio, não há muito a inquietude de percorrer o continente, de levar sua palavra.

"Eu não represento os trabalhadores; eles se representam por si"



Mas, como eu dizia, chegar a esse público que desejamos é muito difícil. São muitas as coisas que lhe são impostas, metidas em sua cabeça, travando sua evolução. São poucos os que podem comprar um toca-discos e escolher os discos que querem ouvir. Então ligam o rádio. E o rádio está manejado pela alta cúpula da indústria cultural. Colocam poucas canções dos cantores que pensam, que raciocinam. Colocam as canções que interessam a essa indústria e a seus objetivos. E quanto mais idiota, quanto mais inconsequente seja o cantor, mais importante é para eles. Mais os promovem, mais gravam discos. Os cantores comprometidos são pouco tocados, porque se os tocam muito, o povo vai gostar muito. Porque o povo pára o ouvido, presta a maior atenção nas músicas que cantam seus problemas. Como diz Atahualpa Yupanqui, quando se começa a cantar uma canção que fala ao povo, eles vão se acercando e a coisa vai subindo que nem foguete. Eu me lembro de um espetáculo que dei para a CGT na República Dominicana. Eram 45000 pessoas, num campo de beisebol, que gritavam coisas que são muito difíceis de mandar 45000 pessoas gritar. É isso sempre acontece, quando nós conseguimos chegar ao público maior, vencendo todos os obstáculos que nos são colocados.

Mas nós continuaremos buscando com as nossas canções essa maioria, a classe trabalhadora. Não que eu represente a classe trabalhadora: ela se representa por si só; absolutamente por si só. Sem dúvida eles vão conquistar todas as coisas que necessitam conquistar e deles sairá o avanço para isso. Eu sou apenas uma mulher que canta para todos os que estão humilhados, desprotegidos. Então é importante que minhas canções cheguem até eles. E se eu conseguir isso, se eles me aceitarem, cumpriu-se um objetivo que, acho eu, é o objetivo de muitos intelectuais.

Quando fala, quando canta, Mercedes Sosa é de uma presença serena e simples. Hoje, se fêz uma representante do canto do continente; por sua voz passam canções do Chile e do México, do Uruguai e do Brasil, de diversos quadantes de sua pátria, a Argentina. Esta mulher de ascendência índia, que já foi empregada doméstica e cantou boletins no rádio, descobriu um dia os ritmos mais fortes de sua terra. Atahualpa Yupanqui, poeta, músico e intérprete, uma das expressões artísticas mais importantes da história do continente e lamentavelmente pouco conhecido no Brasil, teve influência decisiva nesta descoberta.

Mercedes Sosa é natural de San Miguel de Tucumán, capital da província de Tucumán, no norte da Argentina; a cidade fica ainda nas terras baixas, das plantações de cana (os cañaverales), mas dali já se vêem os primeiros contrafortes da cordilheira andina. Para o norte, a região demarcava uma das fronteiras do antigo império Inca; com a colonização, ligou-se mais estreitamente primeiro com a Bolívia e o Peru do que com o Prata. Os traços indígenas ali são fortes.

Ao lado de duas outras vertentes, a cultura "norteña" demarca uma das faces da vida argentina, tendo seus poetas e sua circulação própria. As outras duas são as vertentes portenha e gauchesca. A portenha — o mundo do tango, da milonga sofisticada no calis do porto, âmbito de Carlos Gardel, Astor Piazzola, Jorge Luis Borges, Julio Cortázar, sofisticada e cosmopolita, de muita influência italiana — se centra em Buenos Aires. A gauchesca — se estende para o sul, em direção à perdida Patagônia, e para o nordeste, atravessando o Rio da Prata, ganhando o Uruguai. Atravessando o Rio Grande com o trabalho (exemplo entre outros) de um Noel Guarani, e chega ao planalto catarinense, entre Lages e São Joaquim. Um dos representantes argentinos maiores desta gauchesca de tradições bravias e o cantor Jorge Cafrune. A vertente "norteña", de onde se origina o canto de Mercedes Sosa, apresenta curiosos casamentos entre a tradição lírica espanhola e a cultura indígena local. É a terra dos viajantes (mote do primeiro disco de Atahualpa Yupanqui, Tierra Querida), dos pueblitos perdidos no alto das montanhas, das cidades cujos habitantes se orgulham de seus poetas, de seus carnavales e festas comunitárias que lembram os hábitos pré-coloniais dos antigos incas.

Dai, dessa vertente, saiu o canto de Mercedes Sosa, originariamente. Mas não se pense que é possível medi-lo com a estreita régua do provincianismo. Seu canto está no centro do continente — por duas razões, senão mais. Junto com Atahualpa Yupanqui e outros Mercedes Sosa deu expressão nacional ao canto e estilos de sua região. Por outro lado, mudando de formas, esta sua vertente se amplia pelo continente, por onde se tenha estendido a tradição incaica.

O título de um dos discos mais apreciados da cantora é "Traigo um pueblo en mi voz". Título justo, que define os objetivos e o núcleo de seu canto. (Flávio Aguiar).

A maternidade é nossa

HELONEIDA STUDART

MVL CP 12
7/11/76

7/11/76

12

Foi editado no Brasil um livro que pode ser chamado de manifesto das radicais feministas americanas. Chama-se **A Dialética do Sexo** e sua autora, Shulamith Firestone, não vacila em chamar mulher de classe (quem diz classe, supõe luta de classes; nesse caso, caberia à mulher, classe oprimida, derrotar a opressora, a classe masculina). Dessa colocação exótica, a autora parte para outras considerações. Entre outras, propõe à mulher que se dispense da sua maternidade. Nove meses são tempo demais, a gestação exige excessivos encargos físicos, sacrifícios, riscos. Se os homens estão livres dessa tarefa biológica, por que deveriam as mulheres — atualmente reclamando igualdade — suportá-la?

Aí entra o desvario do questionamento: Freud — que a autora acusa de machismo típico de sua época e de sua formação — foi um revolucionário. Na medida em que começou a descoberta do homem para si mesmo. Na medida em que nos colocou, dentro do possível,

diante do espelho. Ora, desde Freud ficamos sabendo que a maternidade não é apenas um trabalho de laboratório do nosso corpo. A maternidade é uma função psicológica. O homem é feito dentro e no colo da mãe — e não apenas como um ente físico. Ele é formado emocionalmente pelo útero acolhedor e pelo seio afetoso (ou hostil) que teve. Da maneira como solucionou seu amor — e seus conflitos — com esse seu primeiro abrigo e primeira amada, depende o seu equilíbrio emocional pelo resto da vida. A maioria dos clientes dos psicanalistas só fala em mãe. Ou se ressentem dos traumas causados por ela. O número de homens que procura em seu relacionamento adulto e amoroso a segurança, a lembrança, o calor daquele primeiro relacionamento é incontável. E o rumo da sexualidade masculina é, quase sempre, ditado pela ternura ou pela rejeição maternas. Se as mulheres lancassem ao lixo o seu papel de mães, não estariam apenas se arriscando a complicadas enfermidades

novas (certas doenças atacam especificamente as mulheres não mães e não nutrizas), mas a um descontrole geral nas emoções mais profundas das pessoas. Filhos de profeta seriam qualquer coisa, menos homem.

A maternidade não é uma limitação para as mulheres. Existem algumas — e poucas — que não a desejam, nem curtem e têm todo o direito de dispensá-la. Mas a maioria das mulheres deseja o filho quase ao mesmo tempo — e tanto — quanto deseja o homem. São as mulheres mais inteligentes e mais generosas às que tiram da maternidade toda a sua força, beleza e esperança. E mais: os homens não estão livres, mas, ao contrário destituídos dessa alegria. Eles, criadores da História e autores da civilização, não têm esse poder que é só nosso. A inveja que freqüentemente manifestam diante de um processo secreto do qual não partilham, é muito comum. Feminismo, realmente, não é isto. Seu programa é valorizar as mulheres e não castrá-las. Ou castrar os homens.

Falta de creches prejudica trabalho feminino no ABC

MV *CSVH* *10/11*
Da Sucursal do
ABC

A Prefeitura de São Bernardo do Campo vai entregar hoje, à Fundação do Bem-Estar do Menor, cinco prédios para a instalação de creches. Para o diretor-técnico do órgão, no entanto, a medida não será suficiente para atender ao grande número de mães que precisam trabalhar e não têm com quem deixar seus filhos.

Segundo os responsáveis pelos serviços sociais da região, este é um problema comum a todos os municípios do ABC, apesar da atual legislação trabalhista obrigar as empresas a participarem da manutenção dos filhos de suas funcionárias.

Apenas duas das cinco novas creches de São Bernardo estarão em condições de funcionamento a partir de janeiro próximo, quando a Fubem já terá equipado os prédios, podendo transferir as instalações, mediante convênio, para entidades particulares.

Ainda que todas as novas unidades estejam em pleno funcionamento a partir de março ou abril de 1976, elas não serão suficientes, como garante o diretor-técnico do órgão.

Além disso, a exemplo do que ocorre com as creches da região, as de São Bernardo ficarão sob a responsabilidade de entidades as-

sistenciais, dependendo de donativos e de subvenções das Prefeituras e de promoções filantrópicas.

O problema seria menos grave, lembram os assistentes sociais, se as empresas cumprissem o artigo 388 da CLT, parágrafo 1, que diz: "Os estabelecimentos em que trabalham pelo menos 30 mulheres, com mais de 16 anos de idade, terão local apropriado onde seja permitido às empregadas guardarem sob vigilância e assistência os seus filhos no período da amamentação".

E o parágrafo 2 acrescenta: essa "exigência poderá ser suprida por meio de creches distritais mantidas diretamente ou mediante convênios com outras entidades públicas ou privadas, pelas próprias empresas em regime comunitário ou a cargo do Sesi,

do Sesc, da LBA ou de entidades sindicais".

PRESSÃO

Para o assessor jurídico do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, Almir Pasionotto, "não adianta a lei da estabilidade à gestantes se ela se vê pressionada a abandonar o trabalho para cuidar dos filhos. Além disso, os contratos feitos entre empresas e creches são meramente formais, não passam de anteparos para a fiscalização".

ENSAIOS POPULARES

A participação popular e a autonomia dos municípios



Um regime democrático requer não apenas que seus governantes sejam escolhidos e controlados pelos governados, mas também que os níveis superiores do governo respeitem a autonomia e a competência específica das instâncias inferiores.

No Brasil, desde que a República foi proclamada, as Constituições repetem que "todo o poder emana do povo e em seu nome é exercido". Determinam também que o poder político seja organizado em três níveis: a União, os Estados ou Territórios não-autônomos e os Municípios. A União exerce a soberania e define ela mesma a sua competência. Os Estados desfrutariam de autonomia plena, pois, além dos poderes de autogoverno e auto-administração, teriam o poder de organizar-se, elaborando suas próprias Constituições, embora dentro dos limites da Constituição Federal. Os municípios gozariam de autonomia restrita, pois teriam poder de autogoverno e auto-administração, mas não de auto-organização, sendo sua competência e estruturação definidas pelas instâncias superiores. Até que ponto, porém, essa estrutura republicana, democrática e federativa dos textos constitucionais continua existindo na vida real?

Segundo a tradição constitucional brasileira, o município deveria gozar, embora com a restrição mencionada, de autonomia política, financeira e administrativa. A autonomia política consiste na capacidade de eleger o prefeito, vice-prefeito e vereadores. A autonomia financeira consiste na capacidade de decretar e arrecadar tributos de sua competência e aplicar uma receita satisfatória e independente. A autonomia administrativa consiste no poder de promulgar regulamentos municipais, estabelecendo o plano local de desenvolvimento, e organizar seus próprios serviços públicos. Até que ponto os 3.951 municípios brasileiros dispõem ainda dessa triplice autonomia?

O problema pode parecer exclusivamente formal e destituído de importância; mas não é. Todo modelo político-administrativo está vinculado a um modelo econômico-social determinado. As tendências observadas para reduzir a participação popular na vida política, por um lado, e para centralizar as decisões administrativas e a capacidade financeira no Executivo federal, por outro lado, só podem ser entendidas levando-se em conta o atual tipo de desenvolvimento capitalista dependente e combinado com o monopólio da propriedade territorial. A centralização político-administrativa é a outra face de um modelo econômico concentrador de renda e de influência. Isso significa que a luta por um modelo econômico-social que tenha por objetivo essencial melhorar substancialmente o padrão de vida dos trabalhadores da cidade e do campo e, para isso, comece por livrar a economia nacional da dependência ao mercado, aos capitais e à tecnologia externos, e por realizar uma reforma profunda no sistema de posse e uso da terra, não poderá ter êxito sem uma democratização intensa da vida política e administrativa do País, que elevê decisivamente a participação popular em toda a vida nacional e estabeleça relações mais equilibradas entre a União, os Estados e os Municípios, e entre o Executivo e o Legislativo em cada um desses níveis. Só assim será possível mobilizar as forças sociais que buscam o progresso, despertar a iniciativa e o entusiasmo de milhões de trabalhadores nas milhares de cidades e lugares e assim contar com os recursos humanos e materiais necessários para vencer os obstáculos e abrir um novo caminho de desenvolvimento.

Autonomia sem participação popular

Examinando-se a história do Brasil, fica visível a conexão entre o tipo de desenvolvimento econômico-social e a forma político-administrativa do Estado. Expressivamente, as Câmaras Municipais, que então reuniam poderes legislativos e executivos, foram o primeiro órgão genuinamente local criado no Brasil desde a fase colonial, ao lado das autoridades mais vinculadas à metrópole portuguesa. Por isso, as Câmaras desempenharam um papel aglutinador importante em mais de um episódio na prolongada luta contra o colonialismo português.

Durante o Império, de 1822 a 1889, os municípios continuaram se multiplicando e fortalecendo, com o incremento demográfico, a expansão agrícola e comercial e a fundação de novas cidades e vilas, até que a Constituição da Primeira República, de 1889 a 1930, consagrou explicitamente o princípio da autonomia municipal. Essa descentralização político-administrativa correspondia à extensão do País, ao estágio de uma economia ainda pré-capitalista, predominantemente agrária e não integrada internamente ao poder e prestígio dos grandes fazendeiros. E se, em algumas regiões ou em certos períodos, a autonomia dos municípios foi desrespeitada ou enfraquecida, isto se devia a disputas entre grupos da oligarquia latifundiária e levavam ao fortalecimento dos Estados e dos grupos que os controlava do que ao reforço da União relativamente débil durante todo esse período. Portanto, essa primeira fase se caracteriza por dois traços: o poder local, expresso nos Estados e Municípios, gozava de uma autonomia ampla, mas a participação popular praticamente não existia.

Novas necessidades, novas peças sociais

O desenvolvimento do capitalismo, nas primeiras décadas do século atual, mesmo sob uma forma combinada com a dependência externa e a manutenção da estrutura agrária baseada nas grandes propriedades, criaria novas necessidades, como a de uma integração maior da vida política e econômica do País e de um fortalecimento do aparelho administrativo central; criaria também novas classes e camadas sociais, como a dos empresários capitalistas e dos operários urbanos. Com a revolução de 30, ocorre então uma reviravolta; a tendência centralizadora passa a dominar e, salvo o curto período de vigência da Constituição de 1934, a autonomia dos Estados e Municípios é revogada.

Mas o desenvolvimento do capitalismo, mesmo dependente e combinado com o sistema latifundiário, prossegue e suscita novas necessidades e novas forças sociais. E assim a luta pela autonomia dos Estados e Municípios é retomada, mas já com outro conteúdo e sentido, pois não se tratava mais de fortalecer oligarquias locais de fazendeiros ou grandes comerciantes, mas de combinar a exigência de autonomia municipal com a de participação popular, para fortalecer os trabalhadores urbanos e rurais, as camadas médias e empresários em luta contra a estrutura de poder monopolizada.

Ao se reunir a Constituinte redemocratizadora de 1946, que reorganizou a estrutura jurídica do país após a ditadura de Vargas, os setores que defendiam a participação popular ainda são mais fracos e, quando a autonomia municipal é reafirmada e ampliada, os maiores beneficiários acabam sendo as correntes liberais conservadoras. Estudos sobre a realidade política dos municípios, realizados na década de 50, identificaram, conforme resumiu uma autora, algumas constantes: "Em primeiro lugar, famílias e parentelas exercem um papel básico em todas as comunidades estudadas. Em muitos casos, a estrutura de poder é realmente monolítica e piramidal. A elite possui riquezas, status e poder. Riqueza é geralmente representada pela posse das terras, status pela condição de família tradicional e poder pelo controle de postos e empregos públicos e de votos." (1)

Mas a mesma autora acrescenta: "Em alguns casos, esse modelo está desaparecendo ou já desapareceu". É que, apesar de todas as dificuldades, a participação popular, inicialmente nas grandes cidades e depois também no interior, ia abrindo seus caminhos, contribuindo para a elevação da consciência política e a participação no poder e reivindicando, cada vez mais decididamente um novo modelo de desenvolvimento econômico-social.

Para revigorar o modelo antigo, atualizá-lo, adaptando-o às modificações ocorridas no país e no sistema capitalista mundial, a tendência dos últimos governos foi restringir a participação popular, a autonomia dos Estados e Municípios e os poderes das Câmaras dos Deputados e Vereadores. A ordem institucional em vigor permite "decretar a intervenção nos municípios sem as limitações previstas na Constituição", "decretar o recesso das Câmaras de Vereadores", ou "cassar mandatos eletivos municipais" ou "suspender os direitos políticos" de prefeitos e vereadores. Também as ordens jurídicas estabelecidas pelas Constituições de 1967 e 1969, que existem ou existiram sob a ordem institucional, ampliaram os casos de intervenção nos municípios e determinaram que os prefeitos das capitais passariam a ser nomeados e não mais eleitos; aumentou-se, além disso, o número de municípios classificados como "estâncias hidrominerais" ou áreas de "interesse da segurança nacional", cujos prefeitos também não são eleitos, mas nomeados.

Da mesma forma, foi restringida a autonomia financeira dos municípios. Segundo as Constituições de 1967 e 1969, os municípios, além de taxas e contribuições de melhorias, só podem cobrar dois impostos: sobre propriedade territorial e urbana e sobre serviços de qualquer natureza, não compreendidos na competência tributária da União e dos Estados. Como são justamente os impostos de menor importância, têm representado apenas de 3 a 1%, respectivamente, da receita da maioria dos municípios interioranos, que ficam assim na completa dependência das cotas do ICM a serem transferidas pelos Estados e das contribuições do Fundo de Participação dos Municípios, controlado pelo governo federal. E como essas transferências não são automáticas, representam novas fontes de dificuldades financeiras e de aumento das possibilidades de pressões políticas sobre os municípios. Também a autonomia administrativa dos municípios tem sofrido modificações: atualmente as prefeituras não têm mais poderes para combater a poluição através do fechamento de fábricas.

Criar uma atmosfera democrática

Nestas condições, que poderão fazer os prefeitos e vereadores de oposição eleitos a 15 de novembro? Em primeiro lugar, poderão cumprir uma missão reivindicativa, juntando suas vozes e seus esforços ao movimento pela reconstitucionalização democrática do país, inclusive pela autonomia municipal; com isso, os que lutam pela independência econômica nacional e pela elevação do padrão de vida cultural e material dos trabalhadores terão condições mais favoráveis de pugnar por um melhor modelo de desenvolvimento. Em segundo lugar, em tudo o que estiver ao alcance de um município, poderão já introduzir algumas modificações. Ao invés de conceder facilidades de toda ordem para atrair empresas multinacionais, por que não favorecer a criação de cooperativas de consumo nos bairros pobres ou de cooperativas de produção de artesanato e pequenos camponeses? Por que, na execução de obras e serviços da prefeitura, não recorrer ao máximo à força de trabalho local e às soluções técnicas locais?

Mas tudo isso não será possível aos prefeitos e vereadores de oposição se eles não procurarem, no que estiver ao alcance do município, criar uma atmosfera democrática, incentivar a organização e a participação popular, consultar sempre a população e instituir relações mais estreitas entre prefeitos e vereadores de oposição, entre a sede e os distritos do município, e entre o centro da sede e sua periferia de bairros pobres.

(1) Ana Maria Brasileiro "O município como sistema político" Fundação Getúlio Vargas, Rio 1973.

“Creche” - Um problema social

IRANY FERRARI

A previdência social, como se sabe, tem a alta finalidade de amparar necessidades individuais dos seus segurados (empregados, empregadores e autônomos) nos casos de doença, velhice, invalidez e morte, seguro-desemprego, seguro contra acidentes do trabalho e proteção da maternidade, conforme preceito mandamental contido no art. 165, inciso XVI de nossa Carta Magna.

É óbvio que para o amparo supracitado, a previdência social não pode ser estudada ou tratada sem aquilo que está disciplinado na legislação trabalhista, para os empregados, os quais constituem a grande massa dos segurados, sendo certo que foram eles os inspiradores da legislação de proteção social.

O de que nos preocupamos no momento, é com a proteção à maternidade, não só no tocante à remuneração dos dias de repouso, de que trata o art. 392 da CLT, como no respeitante à obrigação da empresa em manter em seus estabelecimentos local apropriado para guarda, vigilância, e assistência aos filhos de suas empregadas, de que fala o art. 389, parágrafo 1º e 2º da mesma CLT, em confronto com os ideais de proteção social.

Sabemos que no referente ao salário pago pelo empregador à gestante, no período de 4 semanas antes e 8 semanas depois (art. 392 da CLT), obrigação legal essa que estava ocasionando problemas não só trabalhistas, mas sobretudo, de ordem social, decorrentes das dispensas de empregadas que se casavam ou se engravidavam, a previdência social resolveu satisfatoriamente o assunto, assumindo para si os ônus antes impostos à empresa, sob sistema de compensação, conforme dispõe a Lei nº 6.136, de 7-11-74 o Decreto nº 75.207, de 10-1-75.

Já no que concerne aos locais apropriados para permitir às empregadas a guarda, a vigilância e a assistência de seus filhos, no período de amamentação, acreditamos que o assunto

poderá vir a ser solucionado com “crèches” que a previdência social manteria às suas expensas, ou mediante convênios, dentro do plano da prestação de assistência médica aos seus segurados e/ou dependentes, e no caso específico, dentro do plano de proteção à maternidade.

Atualmente, é o artigo 389, nos parágrafos 1º e 2º, da CLT, que regula a obrigação das empresas que tenham em seus estabelecimentos mais de 30 mulheres maiores de 16 anos de idade, de manterem diretamente as aludidas “crèches”, ou mediante convênios com outras entidades públicas ou privadas, em comunidade com outras empresas, ou a cargo do Sesi, Sesc, Lba, ou de entidades sindicais.

Os resultados não têm sido satisfatórios e não são recomendáveis porque além de representar essa obrigação, uma oneração muito grande para as sacrificadas empresas privadas, dever-se-ia encontrar no sistema social o seu agasalho mais adequado, já que o problema refoge da área trabalhista específica, para encastelar-se no sistema mais amplo da previdência social, tendo em vista aqueles que são seus segurados obrigatórios.

Com tal medida, não se estaria resolvendo apenas esse problema, que não deve ser só das empresas, mas, essencialmente, de cunho previdenciário, já que pertine com a mulher que trabalha, e com a guarda, vigilância e assistência de seus filhos durante o período mais delicado e mais importante da vida humana.

E tanto assim é, que o Ministério da Previdência e Assistência Social está estudando a possibilidade de estender, através de dinamização a ser levada a efeito na Lba, a instalação de “crèches” também para os “carentes” da previdência, e que, portanto, estão no campo abrangido pela assistência social.

Não há dúvida de que o assunto, por sua alta significação e relevância, merece ser estudado e enfrentado com o maior empenho possível por parte dos responsáveis pelo bem-estar dos brasileiros, dentro e fora do alcance das empresas.